

CO-308 - IFORME DE INSPECCION DE PROYECTO

Préstamo n°: 1563/OC-BR
Org. Ejecutor: SMURBE

Fecha(s) de Inspección: 23 a 25/11/05
Sector: Desenvolvimento Urbano

Nombre del Proyecto: Environmental Rehabilitation Belo Horizonte
Especialista(s)

y Observaciones: Missão de Arranque - Cláudia Nery, Hugo de Oliveira, Mônica Merlo e
Consultora Mariza Teixeira

I. OBJETIVOS DE LA INSPECCION: (Indicar los lugares, organismos u oficinas visitados, los aspectos o problemas específicos investigados o examinados)

Ver Ajuda Memória anexa.

II. SITUACIÓN ENCONTRADA:

Ver Ajuda Memória anexa.

III. RECOMENDACIONES: (Indicar las acciones específicas que deben tomar el Prestatario, el Organismo Ejecutor, la Sede o la propia Representación, según corresponda)

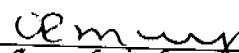
Ver Ajuda Memória anexa.

IV. COMENTARIOS ADICIONALES

Ver Ajuda Memória anexa.

Fecha: 28.11.05

Fecha: 28.11.05


Firma Roger Luis Castañi
Sub-Representante
Acordado: Banco Interamericano de
Desenvolvimento no Brasil
Subrepresentante

EMPRÉSTIMO nº 1563/OC-BR
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE BELO HORIZONTE

AJUDA MEMÓRIA
MISSÃO DE ARRANQUE

I. INTRODUÇÃO

- 1.1 No período de 23 a 25 de novembro de 2005, realizou-se uma Missão do Banco ao Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte, financiado com os recursos do empréstimo supramencionado, que teve por objetivo geral revisar o estágio de implementação do Programa e estabelecer um Plano de Ação para acelerar seu ritmo de execução.
- 1.2 Os objetivos específicos da Missão foram: (i) revisar documentos formais do Programa, tais como: Marco Lógico, o Convênio COPASA e o Contrato de Empréstimo; (ii) verificar a implementação da estrutura organizacional da UEP (organograma e integração da equipe da gerenciadora) e do fluxo de informações com o Banco; (iii) revisar os aspectos ambientais, incluindo a análise do arranjo institucional para a gestão ambiental das intervenções, a estratégia para o licenciamento ambiental, e o Plano de Comunicação e Mobilização Social; (iv) revisar o Manual de Execução em função das alterações resultantes da reforma administrativa, das novas condições especiais de execução, do novo cronograma de desembolso e de possíveis modificações no quadro de custos do Programa; (v) revisar os aspectos financeiros, incluindo o processo de desembolso e registro financeiro; o fluxo financeiro e documental e contas bancárias; possíveis ajustes do período de execução e do cronograma de desembolso; avaliação parcial; contabilidade, controle interno e auditoria; e, relatório sobre a execução do Programa; e (vi) orientar a UEP com relação a definição de sua opção pela nova Política de Aquisições e, em caso positivo, acordar a data de treinamento dos novos procedimentos para o pessoal da UEP.
- 1.3 A Missão esteve integrada pelos técnicos: Hugo de Oliveira (RE1/EN1), Mônica Merlo, Especialista Financeira (COF/CBR), Marisa Teixeira - Consultora Sócio-Ambiental do Banco e Cláudia Nery, Especialista Setorial (COF/CBR), quem a presidiu.
- 1.4 A Missão reuniu-se com o Prefeito Fernando Damata Pimentel, com o Secretário Murilo de Campos Valadares, Rômulo Thomaz Perilli, Assessor da Diretoria de Operações Metropolitana da COPASA, com Maria Fernandes Caldas, Consultora Técnica Especializada da SMURBE e Ricardo de Miranda Aroeira - Coordenador Executivo do Programa, bem como com os técnicos e consultores da UEP, cuja lista se detalha no **Anexo 1** da presente Ajuda Memória. A Missão agradece todas as facilidades e atenções prestadas por todos, para o melhor alcance dos seus objetivos.
- 1.5 Na continuidade apresenta-se um resumo dos temas abordados, bem como os acordos mantidos.

II. TEMAS ANALISADOS

Estado de implementação do Programa

- 2.1 Em uma reunião inicial realizada com o Secretário, o mesmo informou que, com o orçamento vigente do Programa, não será possível implementar as metas físicas




acordadas, tendo em vista: (i) desvalorização do dólar; (ii) necessidade de revisão/aperfeiçoamento das planilhas orçamentárias; e (iii) revisão do modelo da supervisão das obras do Programa. Por outro lado, reiterou a necessidade de aceleração do ritmo de implementação do Programa, pois é meta da Prefeitura ter, em 2008, obras nas bacias: 1º. de Maio, Baleares, Nossa Senhora da Piedade, Bonsucesso e Engenho Nogueira, recomendando a necessidade de identificação e implementação de medidas corretivas.

- 2.2 Considerando esta diretriz a UEP realizou uma revisão da prioridade das intervenções propostas com o objetivo de poder manter o prazo contratual para execução do Programa. Como resultado desta revisão a SMURBE solicitou a Missão que: (i) a bacia de Nossa Senhora da Piedade passe do segundo para o primeiro grupo de obras e (ii) que a bacia Maria Carmem Valadares passe do terceiro para o segundo grupo de obras. A Missão verificou que: (i) os critérios técnicos adotados para justificar a alteração proposta são corretos; e (ii) que os impactos da alteração na estrutura originalmente proposta para a execução do Programa são positivos.
- 2.3 Com base nestas considerações a Missão concorda com a alteração proposta, porém informou à SMURBE que, para a implementação da mesma, são necessárias as seguintes providências: (i) solicitação formal à SEAIN e ao Banco da modificação contratual correspondente; (ii) apresentação ao Banco de um plano de ação que acelere o processo de contratação e implantação da modelagem matemática; e (iii) enviar ao Banco um cronograma detalhado para a execução das intervenções da Bacia do Bonsucesso com a identificação dos compromissos e das entidades responsáveis pelo cumprimento dos prazos estabelecidos. Quando forem completadas estas atividades, a Missão se compromete a processar a modificação contratual necessária para implementar a alteração solicitada. O *Anexo 2*, contempla as revisões propostas nas Disposições Especiais e no Anexo A. Observa-se que as alterações relativas à adoção das novas políticas de aquisições não estão destacadas no presente documento.
- 2.4 Finalmente foi efetuado pela UEP uma apresentação geral do estado de implementação de todos os componentes do Programa, indicando as datas Programadas para iniciar e finalizar seus processos licitatórios e para iniciar e completar a execução de suas atividades. A Missão fez comentários específicos sobre a situação de cada atividade e solicitou que a tabela das datas Programadas para cada atividade fosse transformada em um cronograma de barras das atividades a ser apresentado ao Banco.

Estrutura Organizacional e Fluxo de Informação

- 2.5 Tendo em vista que o Consórcio que apoiará a UEP estará contratado, até o dia 05/12/05, acordou-se o organograma (arranjo institucional) da UEP com a inserção da equipe da empresa gerenciadora, bem como o fluxo de informação do Programa.
- 2.6 No processo de revisão dos fluxos de implementação do Programa, foi identificado a necessidade de redimensionamento da equipe da Prefeitura alocada na UEP. Para tanto acordou-se que será inserido formalmente na equipe chave um técnico que será responsável direto pela implementação do componente Gestão Urbana e Ambiental. Também deverão ser alocados técnicos que comporão a equipe de apoio ao Programa.
- 2.7 Tendo em vista o excesso de trabalho a ser realizado pela equipe da UEP, visando a aceleração da implementação do Programa, acordou-se que deverá ser criada uma força tarefa, visando sanar as pendências ora existentes.



- 2.8 Para atender o acima descrito, a SMURBE apresentará ao Banco o organograma acordado, contendo a designação da equipe do Programa, bem como a estratégia de atuação da força tarefa que será implantada.
- 2.9 A UEP indicará: (i) qual será o instrumento de garantia de continuidade de contratação da equipe alocada na UEP, pelo período de execução do Programa, bem como (ii) os nomes e formação profissional dos técnicos que integrarão a equipe de “apoio” à equipe chave da UEP, vinculando esses profissionais às instancias desenhadas na UEP.
- 2.10 Foram revisados os fluxos financeiros do Programa, bem como os fluxos de cada um dos componentes do Programa, oportunidade em que o Banco pode apresentar suas considerações/recomendações. Os fluxos serão revisados e apresentados ao Banco. Oportunamente será elaborado pela UEP o Manual de Procedimentos do Programa.

Marco Lógico e Manual de Execução do Programa

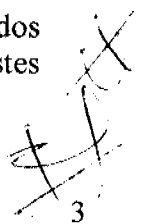
- 2.11 Foi efetuada a revisão do Marco Lógico, que resultou na necessidade de fazer pequenas alterações para refletir principalmente a modificação da denominação das entidades responsáveis pela execução das tarefas, em decorrência da reforma administrativa implementada em janeiro de 2005.
- 2.12 A versão revisada encontra-se no **Anexo 3** da presente Ajuda Memória.
- 2.13 Da mesma forma foi revisto o Manual de Execução tendo em vista a reforma administrativa e os acordos mantidos na Missão de Negociação do Programa. A Prefeitura deverá enviar solicitação formal para que o Banco possa processar as alterações.

Sistema de Gerenciamento Físico Financeiro do Programa

- 2.14 A Missão foi informada que já foi identificada a forma de integração entre o sistema da gerenciadora com o sistema orçamentário e financeiro (SOF) e sistema de medições de serviços (SIMEC), instalados respectivamente na PRODABEL e na SUDECAP. A integração se fará conforme as etapas e prazos constantes no cronograma apresentado pelas equipes e integrante do **Anexo 4**.

Revisão da implementação dos Aspectos Sócio-Ambientais

- 2.15 Foram revistos os aspectos de implantação dos Programas ambientais ora em andamento, integrantes do Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, bem com o arranjo institucional e definição de equipe chave e de apoio da UEP. Os compromissos assumidos são relatados a seguir:
- a. Para o cumprimento dos aspectos ambientais de execução do Programa, o apoio de gerenciamento necessário será fornecido pela gerenciadora a partir de demandas específicas do consultor de gestão sócio-ambiental da UEP, para produtos ou atividades;
 - b. Os fluxos e procedimentos dos Programas integrantes do PGAS foram apresentados pela UEP, e, em acordo com o Banco, foram feitas as modificações e ajustes necessários;



3

- c. Capacitação Institucional da SMAMA – os cursos identificados no PGAS não são compatíveis com o orçamento do Programa. A UEP apresentará proposta de capacitação adequada aos recursos disponíveis no quadro de custos;
- d. Quanto à concepção do Sistema Municipal de Informações Geo-referenciadas - SIMGEO, a UEP apresentará justificativa de alteração dos quantitativos previstos no PGAS, página 89;
- e. Plano de Mobilização e Comunicação Social para as bacias de 1º. de Maio e Baleares – o Banco revisará documento com o novo formato e preço do processo de licitação, para não objeção (Tomada de Preços nº. 161/05);
- f. Até que se conclua o processo de licitação do Programa de Comunicação e Mobilização Social para o restante das bacias, a UEP apresentará plano detalhado de metas para essas atividades nas bacias de 1º. de Maio, Baleares e Nossa Senhora da Piedade. Observe-se que o objeto da Tomada de Preço referida no item 04 abrange somente as Bacias de 1º. de Maio e Baleares e não poderá ser alterado;
- g. Para a continuidade do licenciamento das obras das bacias que ainda não possuem Licença de Instalação, a UEP acordou com o Banco que contratará os projetos executivos juntamente com os estudos ambientais RCA/PCA, exigidos pela Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente –SMAMA;

Aspectos institucionais/contábeis/financeiros

- 2.16 A partir das orientações prestadas na Missão de Pré-arranque, foi apresentado uma revisão no Manual de Execução ajustando-o ao Contrato de Empréstimo e ao fluxo financeiro do Programa.
- 2.17 Revisão do demonstrativo do fluxo financeiro e documental como instrumento prévio à elaboração de um Manual de Procedimentos que indicará, também, a matriz de responsabilidade dos atores envolvidos, ressaltando a necessidade de apresentação de um “recibo” com assinatura do favorecido que corresponda aos pagamentos efetuados com recursos do Programa (principalmente aqueles efetuados por operações bancárias); e, a UEP encaminhará a documentação correspondente a abertura das contas bancárias necessárias ao processamento dos recursos do Programa.
- 2.18 Considerando que os recibos das empresas é o documento comprobatório de pagamento, recomendamos seja incluído nos Contratos a serem assinados com as empresas de execução das obras, fornecimento de bens e serviços, a obrigatoriedade das mesmas apresentarem os referidos recibos logo após o recebimento, sob pena de não recebimento da medição posterior àquela em que o mesmo não tenha sido apresentado.
- 2.19 Com relação à COPASA, na presente Missão foi acordado que será assinado um aditivo ao Termo de Acordo de Cooperação, constante da Cláusula 3.02 (d) do Contrato de Empréstimo, onde deverá estar destacado os acordos mantidos durante a preparação do Programa, a saber: (i) arcar com os custos decorrentes da implantação de todas as obras relativas ao esgotamento sanitário, inclusive os interceptores nas bacias onde estão previstas as intervenções do DRENURBS; (ii) instalar coletor tronco na margem direita do córrego olhos d’água visando a interceptação de todos os lançamentos existentes na área de contribuição onde se localiza a Vila Bernadete, na Bacia do Córrego do Bonsucesso, assumindo a responsabilidade pela execução das obras e pelos custos decorrentes no prazo compatível com a execução das demais obras previstas para a

mf

[Handwritten signature]
4

Bacia; (iii) disponibilizar ao BID e a auditores externos do Programa a documentação de suporte e os registros contábeis e financeiros que demonstrem a informação financeira e operacional para que o BID e os auditores externos verifiquem o cumprimento da cláusula contratual relacionada com a manutenção do sistema de esgotamento sanitário e outras que forem de responsabilidade da COPASA; (iv) no prazo de 120 dias após o encerramento do ano fiscal, correspondente ao ano de conclusão da primeira obra de esgotamento sanitário das intervenções previstas no DRENURBS, apresentar o demonstrativo financeiro da entidade, auditado por empresa de auditoria externa previamente aceita pelo BID. A auditoria se fará de acordo com os Termos de Referência e requerimentos do BID (documentos AF-100, AF-300 e AF-400).

- 2.20 Na presente Missão ficou acordado que a documentação original dos processos de pagamento no âmbito do Programa, ficará sob a guarda da UEP até que os mesmos sejam auditados, momento em que serão enviados para o arquivo geral da SMURBE. Observa-se que ficará uma cópia da documentação nos arquivos da UEP.
- 2.21 Foi identificado que tendo em vista que a Prefeitura não realizou desembolsos dos recursos do empréstimo e, que os gastos com os recursos da contrapartida foram reduzidos, exceto no que tange à Comissão de Crédito, a mesma solicitará ao Banco a dispensa da apresentação das demonstrações financeiras auditadas, para o exercício de 2005.
- 2.22 O cronograma de desembolsos do Programa deverá ser compatibilizado, tendo em vista a alteração do grupo de obras acordado na presente Missão.

Aquisições

- 2.23 Na presente Missão, o Banco reiterou às autoridades e à equipe local que desde 19 de janeiro de 2005, vem adotando novas Políticas de Aquisições, oportunidade em que o Município expressou o interesse em adotá-las. Ficou acordado que, após a Missão de Arranque, quando serão identificadas todas as alterações necessárias, o Município encaminhará à SEAIN e ao Banco solicitação de alteração do Contrato contemplando, entre outras, a adoção da nova política.
- 2.24 Acordou-se que a equipe da UEP e da empresa gerenciadora irão à Brasília para participar da capacitação das novas Políticas de Aquisição do Banco no período de 5 a 7 de Dezembro de 2005.

Auditoria

- 2.25 Considerando a opção da Prefeitura pela nova Política de Aquisições e que, a partir da avaliação realizada pelo Banco Mundial será definido um novo Plano de Aquisições do Programa, recomendamos que a SMURBE aguarde as definições para a realização da licitação da auditoria do Programa, tendo em vista que o Termo de Referência deverá ser adequado, caso passe a existir a revisão "ex-post" de aquisições.
- 2.26 Na presente Missão acordou-se que a COPASA apresentará ao Banco as demonstrações financeiras auditadas da entidade, conforme acordo constante do item 2.19.

Projeto da Bacia do Córrego da Nossa Senhora da Piedade

Fomos informados que o projeto executivo da referida bacia estará concluído até o dia 30/11/05, oportunidade em que o mesmo será apresentado para não objeção do Banco.

mk

5

III. PRÓXIMOS PASSOS

Por parte de SMURBE/UEP:

- Solicitação formal a SEAIN e ao Banco da modificação contratual correspondente, até o dia 02/12/05;
- Apresentação ao Banco até o dia 13/12/05, de um plano de ação que acelere o processo de contratação e implantação da modelagem matemática;
- Enviar ao Banco até o dia 20/12/05, um planejamento global do empreendimento da Bacia do Bonsucesso com a identificação dos compromissos e das entidades responsáveis pelo cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Enviar ao Banco até o dia 30/12/05, um cronograma de barra contemplando todas as atividades do Programa, destacando os pontos críticos, a exemplo: momento em que se deverá solicitar prorrogação de prazo do último desembolso do Programa;
- A partir do cronograma físico acima mencionado, deverá ser apresentado ao Banco até o dia 30/12/05, o novo cronograma trimestral de desembolso do Programa, aberto por fonte de recursos.
- Até o dia 13/12/05 será apresentado ao Banco o organograma acordado, contendo a designação da equipe do Programa, a relação nominal, bem como a estratégia da força tarefa que será implantada;
- Deverá ser apresentado ao Banco, até o dia 30/12/05, modalidade de contratação e a forma que será adotada para garantir a estabilidade da equipe no Programa;
- Apresentar até o dia 30/12/05, todos os fluxos físicos e financeiros revisados;
- Enviar ao Banco até o dia 27/02/06, o Manual de Procedimento do Programa;
- Enviar ao Banco até o dia 16/12/05, solicitação de alteração do Manual de Execução do Programa, contendo o respectivo manual com os destaques das alterações acordadas na presente Missão;
- Apresentação da proposta de capacitação da SMAMA compatível com os recursos disponíveis no quadro de custos, até dia 30/04/06;
- Apresentação de justificativa de alteração dos quantitativos do SIMGEO, previstos no PGAS (página 89), até dia 27/02/06;
- Apresentação de plano detalhado de metas para as atividades de Comunicação e Mobilização Social nas bacias de 1º. de Maio, Baleares e Nossa Senhora da Piedade, até dia 15/01/06;
- Envio ao Banco até o dia 30/01/06, o relatório de andamento da implantação do PGAS, com os desenhos de interfaces, fluxos e procedimentos de cada Programa, conforme apresentados durante a Missão;

inf *31/12* 6

- Envio ao Banco, para não objeção, até o dia 15/12/05, a minuta de edital, termo de referência e orçamento referencial visando a licitação (Tomada de Preços no 161/05) da Comunicação e Mobilização Social das Bacias 1º. de Maio e Baleares.
- Envio ao Banco até o dia 19/12/2005, cópia do aditivo ao Termo de Acordo de Cooperação assinado entre a Prefeitura e a COPASA.

Por parte do Banco:

- Ministrará capacitação à equipe do Projeto, a respeito das novas políticas de aquisições, no período de 5 a 7 de dezembro de 2005.

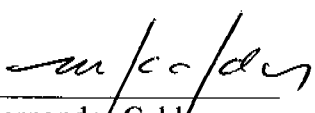
Integram a presente Ajuda Memória os Anexos:

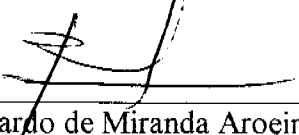
Anexo 1: Lista de Presença;

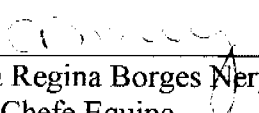
Anexo 2: Proposta de Revisão das Disposições Especiais e Anexo A;

Anexo 3: Proposta de Revisão do Marco Lógico; e

Anexo 4: Cronograma para integração do Sistema de Gerenciamento Físico Financeiro do Programa, aos Sistemas da Prefeitura.


 Maria Fernandes Caldas
 Consultora Técnica Especializada da SMURBE

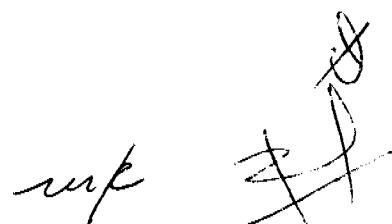

 Ricardo de Miranda Aroeira
 Coordenador Executivo do Programa


 Cláudia Regina Borges Nery
 Chefe Equipe
 Especialista Setorial (COF/CBR)

ANEXO 1

LISTA DE PRESENÇA

- Murilo de Campos Valadares	SMURBE
- Júlio Ribeiro Pires	SCOMF
- Antônio Freitas	SUDECAP
- Flávia Mourão	SMAMA
- Maria Fernandes Caldas	SMURBE
- Rômulo Tomaz Perilli	COPASA
- Ricardo de Miranda Aroeira	UEP
- Jandira Virgínia Fernandes e Silva	UEP
- Carla Vasconcelos	UEP
- Janice Schmidt de Novais	UEP
- Solange Fonseca Araujo	UEP
- Valdete Bontempo	UEP
- José Eduardo Vidigal	UEP
- Maria Angélica Franco Prados	UEP
- Denise Lobato de Almeida	UEP
- Edmundo Sérgio Pires Pimenta	UEP
- Rosália Nolli Bittencourt	UEP
- Letícia Resende Paiva	UEP
- Aloísio Moreira Rocha	URBEL
- Simone Galinari Soares de Oliveira	SMPL
- Luzimar Vital da Silva	URBEL
- Weber Coutinho	SMAMA
- Maria Aparecida Trindade	PRODABEL
- Mário Fernandez Luchesi de Carvalho	SMURBE
- Elaine Andrade Vieira	CSL / LEME
- Antônio de Pádua Bittencourt Furtado	CSL / LEME
- Cláudio Zama Oliveira Santos	CSL / LEME

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature is a cursive 'mp' and the second is a more complex signature with a large 'X' or 'F' shape.

ANEXO_2

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

INTRODUÇÃO

Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor e Garantia

1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO

CONTRATO celebrado no dia 02 de julho de 2004 entre o MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE, do Estado de Minas Gerais, da República Federativa do Brasil, a seguir denominado "Mutuário", e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado "Banco", para cooperar na execução de um programa, a seguir denominado "Programa", que consiste em melhorar a qualidade de vida da população do Município de Belo Horizonte, através do controle e recuperação das suas condições ambientais. O Anexo A apresenta os aspectos mais relevantes do Programa.

2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS

(a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais, os Anexos A, B e C, e o Contrato de Garantia, que se juntam ao presente. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, dos Anexos, ou do Contrato de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais, no Anexo ou no Contrato de Garantia respectivo, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais, dos Anexos ou do Contrato de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.

(b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, desembolso, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Programa. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

3. ÓRGÃO EXECUTOR

As partes concordam que a execução do Programa e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas pelo Mutuário, por intermédio da Secretaria Municipal de ~~Coordenação de Políticas Urbanas e Ambiental~~, que para os fins deste Contrato será denominada indistintamente "Órgão Executor" ou "(SMURBE SCOMURBE SCOMURBE)".

4. GARANTIA

Este Contrato fica sujeito à condição de que a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Fiador", garanta, solidariamente e em condições que o Banco considere satisfatórias, as obrigações financeiras contraídas pelo Mutuário e assuma diretamente as que lhe correspondam, de acordo com o Contrato de Garantia.

CAPÍTULO I

Custo, Financiamento, Disponibilidade de Moeda e Recursos Adicionais

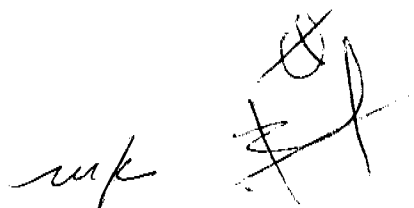
CLÁUSULA 1.01. Custo do Programa. O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a setenta e sete milhões quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América (US\$77.500.000). Salvo disposição em contrário neste Contrato, o termo "dólares" significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

CLÁUSULA 1.02. Valor do Financiamento. (a) Nos termos deste Contrato, o Banco compromete-se a conceder ao Mutuário, e esta aceita, um financiamento, a seguir denominado "Financiamento", a débito dos recursos do Mecanismo Unimonetário do Capital Ordinário do Banco, até um montante de quarenta e seis milhões e quinhentos mil dólares (US\$46.500.000) que façam parte dos referidos recursos. As quantias desembolsadas a débito deste Financiamento constituirão o "Empréstimo".

(b) O Mútuo será um Empréstimo do Mecanismo Unimonetario com Taxa de Juros Baseada na LIBOR e poderá ser alterado para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetario com Taxa de Juros Ajustável somente se o Mutuário e o Fiador decidirem realizar esta alteração de acordo com o estipulado na Cláusula 2.03 destas Disposições Especiais e no Artigo 4.01 (g) das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Disponibilidade de Moeda. Não obstante o disposto nas cláusulas 1.02 e 3.01 (a), destas Disposições Especiais, se não tiver acesso à Moeda Única pactuada, o Banco, em consulta com a Mutuária, desembolsará outra Moeda Única que julgue apropriada. O Banco poderá continuar efetuando os desembolsos em outra Moeda Única que julgue apropriada enquanto continuar a falta de acesso à Moeda Única pactuada. A amortização do Empréstimo pela Mutuária será feita na Moeda Única desembolsada, com os encargos financeiros que correspondam a essa moeda.

CLÁUSULA 1.04. Recursos adicionais. O valor dos recursos adicionais que, de acordo com o Artigo 6.04 das Normas Gerais, a Mutuária se compromete a prover oportunamente, para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente a trinta e um milhões de dólares (US\$31.000.000), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em dólares, será adotada a regra indicada na alínea (b) do Artigo 3.06 das Normas Gerais.



CAPÍTULO II

Amortização, Juros, Inspeção e Supervisão e Comissão de Crédito

CLÁUSULA 2.01. Amortização. O Empréstimo deverá ser amortizado pela Mutuária mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga no dia 15 de agosto de 2009, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última até o dia 02 de julho de 2029.

CLÁUSULA 2.02. Juros. (a) O Mutuário pagará juros sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. O Banco notificará ao Mutuário, tão logo seja possível, depois de determinar a taxa de juros aplicável durante cada Trimestre ou Semestre, conforme o caso. Se o Mutuário decidir alterar sua escolha da taxa de juros para o Mecanismo de Moeda Única, conforme o estipulado na Cláusula 2.03 destas Disposições Especiais e no Artigo 4.01 (g) das Normas Gerais, o Mutuário pagará juros a uma taxa que se determinará de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável.

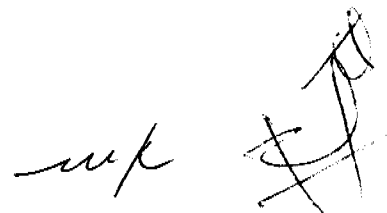
(b) Os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir de 15 de agosto de 2004, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.03. Confirmação ou opção para alterar a alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento. De acordo com o disposto no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, o Mutuário, com o consentimento por escrito do Fiador, deverá confirmar para o Banco, por escrito, como condição prévia ao primeiro desembolso do Financiamento, sua decisão de manter a opção de taxa de juros aplicável ao Financiamento conforme o estipulado nas Cláusulas 1.02(b) e 2.02(a) destas Disposições Especiais, ou sua decisão de modificar sua opção pela taxa de juros selecionada para a alternativa de Taxa de Juros Ajustável. Uma vez que a Mutuária tenha exercido sua opção, de acordo com o estipulado no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, a alternativa de taxa de juros aplicável o Financiamento não poderá ser alterado novamente, em nenhum momento durante a vigência deste Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA 2.04. Recursos para inspeção e supervisão gerais. Durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do Financiamento para atender despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, em consequência da revisão que efetua semestralmente sobre os encargos financeiros dos empréstimos que concede, e notificar ao Mutuário a respeito. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um Semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do valor do Financiamento, dividido pelo número de Semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

CLÁUSULA 2.05. Comissão de crédito. O Mutuário pagará uma Comissão de Crédito de 0.25% ao ano, conforme o estabelecido no Artigo 3.02 das Normas Gerais. Este percentual

/OC-BR

Handwritten signature and a circular stamp with a cross inside, located at the bottom right of the page.

poderá ser modificado semestralmente pelo Banco, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto no mencionado Artigo.

CAPÍTULO III

Desembolsos

CLÁUSULA 3.01. Moedas dos desembolsos e utilização dos recursos. (a) O Financiamento será desembolsado em dólares que façam parte do Mecanismo Unimonetário dos recursos do capital ordinário do Banco, para pagar bens adquiridos e serviços e obras contratados mediante licitação internacional e para os outros propósitos indicados neste Contrato.

(b) Os recursos do Financiamento serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.

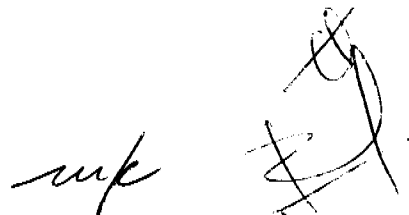
CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento está condicionado a que o Organismo Executor apresente ao Banco, de forma que este considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, evidência de:

- (a) criação e entrada em funcionamento da Unidade Executora do Programa (UEP);
- (b) criação do Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA);
- (c) entrada em vigência do Fundo Municipal de Saneamento;
- (d) entrada em vigência de convênios de cooperação institucional com a COPASA, URBEL e SUDECAP;
- (e) publicação do edital de pré-qualificação para contratação da firma de apoio à UEP.

CLÁUSULA 3.03. Reembolso de despesas a débito do Financiamento Os recursos do Financiamento poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Programa a partir de 30 de junho de 2004 e até a data do presente Contrato, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento.

CLÁUSULA 3.04. Prazos para o desembolso do Financiamento. (a) O valor total dos recursos do Financiamento não poderá ser desembolsado em prazo inferior a três (3) anos contado a partir da data de vigência do presente Contrato.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos do Financiamento será de cinco (5) anos, contado a partir da data de vigência do presente Contrato.



CLÁUSULA 3.05. Fundo Rotativo. Os relatórios e demonstrações financeiras referentes à execução do Programa que o Mutuário deverá apresentar ao Banco, conforme o artigo 7.03 das Normas Gerais, deverão incluir a informação contábil-financeira sobre a administração dos recursos do Fundo Rotativo de acordo com as normas exigidas pelo Banco.

CAPÍTULO IV

Execução do Programa

CLÁUSULA 4.01. Disposições relativas a preços e aquisições. (a) As aquisições de bens assim como as contratações de obras e serviços correlatos que sejam pagas com recursos do Financiamento estarão sujeitas aos Procedimentos para Licitações que figuram como Anexo B deste Contrato. Quando o valor estimado dos bens e serviços correlatos for igual ou superior à quantia equivalente a trezentos e cinquenta mil dólares (US\$350.000), e quando o valor estimado das obras for igual ou superior à quantia equivalente a cinco milhões de dólares (US\$5.000.000) e sempre que o Órgão Executor ou a entidade encarregada de efetuar as licitações pertencer ao setor público, aplicar-se-á a licitação pública internacional como método de aquisição de bens ou contratação de obras, de acordo com o disposto no Anexo B acima referido.

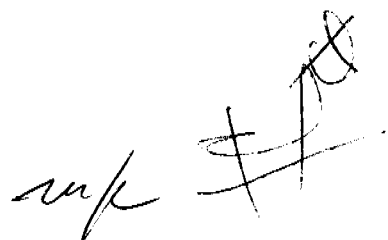
(b) A menos que as partes estipulem outro procedimento, antes de convocar cada licitação pública ou, se não houver licitação, antes da aquisição dos bens ou do início das obras, o Mutuário deverá submeter ao Banco: os planos gerais, as especificações, os orçamentos e os demais documentos requeridos para a aquisição ou a construção e, se for o caso, as diretrizes específicas e demais documentos necessários para o edital.

(c) No caso de obras, o Mutuário deverá apresentar, antes da adjudicação do contrato para a respectiva construção, além do disposto na alínea anterior, evidência de que se tem a posse legal, as servidões ou outros direitos pertinentes sobre os imóveis onde serão construídas. Nesta hipótese, os documentos de licitação deverão indicar expressamente que não se adjudicará qualquer contrato para construção de obras, a menos que se possa demonstrar, de modo que o Banco considere satisfatório, que se cumpriu com o disposto nesta cláusula.

(d) Sem prejuízo do disposto no item (c) supra, para os editais de obra, o Mutuário deverá apresentar evidência de que foram incluídos como anexo, as medidas de mitigação e especificações ambientais que constam no Programa de Controle Ambiental de Obras, integrante do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e os requerimentos específicos definidos no Plano de Controle Ambiental (PCA) correspondente aprovado pela autoridade ambiental competente para outorgar a Licença de Instalação respectiva.

(e) Antes do início da primeira obra prevista no Programa, o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco evidência da contratação dos serviços da firma consultora de apoio à UEP, bem como da firma de supervisão e fiscalização de obras.

(f) Antes da emissão de quaisquer ordens de serviço correspondentes a obras civis integrantes de um contrato, que requeiram a remoção de famílias, o Órgão Executor deverá



apresentar ao Banco evidência de que as famílias tenham sido reassentadas ou indenizadas devidamente.

(g) Antes de convocar as licitações para o segundo grupo de obras, o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco, evidência de haver contratado os estudos para o desenvolvimento do modelo hidrológico; e

(h) Antes de convocar as licitações para o terceiro grupo de obras, o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco, evidência da implementação do modelo hidrológico.

CLÁUSULA 4.02. Manutenção. A Mutuária se compromete a: (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Programa, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (b) apresentar ao Banco, durante os cinco anos seguintes à conclusão da primeira obra do Programa, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção destes, conforme disposto nos Parágrafos VIII do Anexo A. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco, ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, a Mutuária deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam totalmente corrigidas.

CLÁUSULA 4.03. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local. O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no Programa até quantia equivalente a dois milhões de dólares (US\$2.000.000), que tenham sido incorridas na elaboração de projetos incluídos no Programa, bem como consultorias e serviços de apoio à preparação do Programa, e que tenham sido efetuadas dentro de um período de dezoito meses anteriores à 30 de junho de 2004. Fica entendido que o Banco também poderá reconhecer como parte da contrapartida local as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o Programa a partir de 30 de junho de 2004 e até a data do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLÁUSULA 4.04. Contratação de consultores, profissionais ou especialistas. (a) O Mutuário, por si, ou por intermédio do Organismo Executor, escolherá e contratará os serviços de consultores, profissionais ou especialistas que sejam necessários para dar cumprimento às disposições pertinentes deste Contrato. Quando se utilizem recursos do Financiamento para o pagamento dos referidos serviços se seguirão os procedimentos do Anexo C.

(b) Em aditamento ao método de Seleção Baseada na Qualidade (SBQ) descrito no Anexo C, acrescentam-se os seguintes métodos de seleção de serviços de consultoria que poderão ser usados durante a execução do Programa:

(i) Seleção Baseada na Qualidade e no Preço (SBQP).

(1) Este método permite duas opções para considerar o preço e o mérito técnico como fatores de avaliação. Na primeira opção mérito técnico será de 80% e o preço será de 20%. Na segunda opção o mérito técnico será de 70% e o preço será de 30%. As percentagens de

ponderação de mérito técnico e preço deverão constar dos documentos de pré-qualificação e seleção dos serviços de consultoria ou Convites de Seleção de Propostas. O objeto da seleção deverá ser adjudicado ao proponente cuja oferta tenha recebido a melhor avaliação e o contrato respectivo apenas poderá ser objeto de ajustes não substanciais. Dever-se-á seguir esse método de seleção nos seguintes casos: (i) quando os serviços de consultoria não forem muito complexos; (ii) quando o impacto dos referidos serviços não implicar graves consequências; ou (iii) quando, devido à natureza da consultoria, for provável que as ofertas apresentadas sejam de qualidade similar.

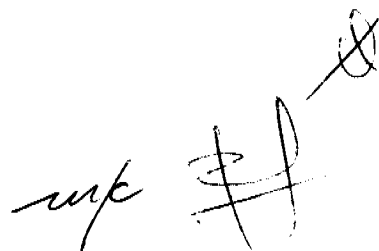
(2) O seguinte procedimento será seguido quando se utilize a SBQP:

(aa) Serão, primeiro, ponderadas as propostas de preço. Conceder-se-á um maior número de pontos à proposta de preço mais baixo e às restantes um número de pontos inversamente proporcional. Em seguida serão ponderadas as propostas técnicas, em função dos critérios estabelecidos nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas. Uma vez ponderadas as propostas técnica e de preço, será atribuída uma avaliação global de acordo com os pesos relativos indicados nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas;

(bb) O objeto da seleção será adjudicado ao proponente cuja oferta (proposta técnica mais proposta de preço) obtenha a melhor avaliação global. Em seguida, o referido proponente deverá ser convidado para a formalização do respectivo contrato.

(ii) Seleção Baseada no Menor Preço (SBMP). Este método consiste em utilizar o preço como fator determinante da adjudicação. O objeto do concurso de seleção será adjudicado ao proponente cuja oferta contenha o menor preço. O contrato respectivo poderá ser modificado apenas com relação a cláusulas não substanciais. Esse método deve ser utilizado somente quando para os serviços de consultoria pertinentes existirem práticas e normas bem estabelecidas e quando os referidos serviços forem simples e rotineiros. Quando esse método for utilizado, o procedimento seguinte deverá ser seguido:

(1) Serão abertas as propostas técnicas. Ponderadas as referidas propostas, serão determinadas quais as que alcançam o mínimo em pontos especificado nos Documentos de Pré-Seleção, de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas. Em seguida, serão apenas abertas as ofertas de preço cujas respectivas propostas técnicas alcancem o mínimo de pontos. Todas as propostas técnicas, neste caso, serão consideradas em igualdade de condições;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

(2) Serão avaliadas as propostas de preço e o objeto do concurso de seleção será adjudicado ao proponente, cuja oferta de preço for a mais baixa. Em seguida, o referido proponente será convidado para a formalização do referido contrato.

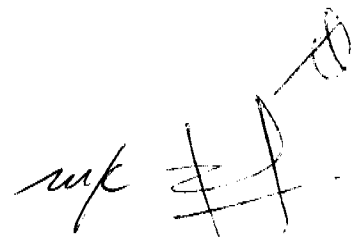
(iii) Seleção quando o Preço da Consultoria for prefixado (SPF). Este método consiste em utilizar a proposta técnica como fator exclusivo de avaliação, sendo o respectivo preço prefixado. O preço prefixado não será objeto de negociação podendo, entretanto, no contrato respectivo, ser efetuados ajustes não substanciais. Esse método somente será utilizado quando os serviços de consultoria forem simples, puderem ser definidos com precisão e existirem restrições orçamentárias. Quando se utilizar esse método deverá ser adotado o seguinte procedimento:

(1) Serão primeiras ponderadas as propostas técnicas, em função dos critérios estabelecidos nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas, já que o que será verificado é se o preço da proposta técnica melhor avaliada não é superior ao previamente fixado. O objeto da seleção será adjudicado ao proponente cuja proposta técnica for a melhor avaliada e o preço não exceder o estabelecido no orçamento oficial e nos Documentos de Seleção ou nos convites para apresentação de propostas. Em seguida o mencionado proponente será convidado para a formalização do referido contrato.

(2) Será desqualificado o proponente que propuser um preço acima do orçamento prefixado, ainda que apresente a melhor proposta técnica. Neste caso, deverá ser aberto o envelope da proposta de preço do proponente que apresentar a segunda melhor proposta técnica e assim por diante.

(c) Com referência ao estabelecido no parágrafo 5.01(a)(i)(B) do Anexo C, quando for estimado que o custo dos serviços de uma empresa consultora será inferior ao equivalente a duzentos mil dólares (US\$200.000), não será obrigatório seguir o procedimento de pré-qualificação estipulado no citado parágrafo. Para tal efeito, será responsabilidade do Órgão Executor elaborar a lista curta de empresas consultoras que serão convidadas a apresentar propostas. Esta lista será preparada com base em informação sobre firmas que o Órgão Executor já possua, ou em expressões de interesse recebidas; incluirá um mínimo de 3 (três) e um máximo de 6 (seis) empresas, de preferência com ampla representação geográfica; e o Mutuário deverá obter a não objeção do Banco antes de enviar às empresas selecionadas os convites para apresentar propostas.

CLÁUSULA 4.05. Relatórios. O Mutuário apresentará ao Banco, para aprovação, os relatórios semestrais referentes à execução do Programa indicados no artigo 7.03 (a)(i) das Normas Gerais, com base nos indicadores definidos no Marco Lógico do Programa acordado com o Banco.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

CLÁUSULA 4.06. Avaliação intermediária. (a) Será realizada uma avaliação intermediária do Programa quando um dos seguintes eventos ocorra: (i) tenha decorrido um prazo de 30 meses depois da assinatura do Contrato ou; (ii) 50% dos recursos do Programa tenham sido desembolsados. Esta avaliação medirá o grau de cumprimento dos indicadores de desempenho do Programa, a eficiência do processo de planejamento e do ciclo de projetos e o cumprimento das obrigações contratuais. Esta avaliação se baseará no relatório preparado pelo Mutuário, descrevendo o estado de execução do Programa.

(b) Se como resultado da revisão é determinado que o Programa necessita ser ajustado, o Banco outorgará ao Mutuário um prazo de 60 dias, dentro do qual este deverá apresentar ao Banco um plano para corrigir os problemas encontrados.

CLÁUSULA 4.07. Condições cumpridas previamente. Para fins do estabelecido na alínea (d) inciso (ii) do Artigo 5.01 das Normas Gerais, fica registrado que foi cumprida a seguinte condição antes da data da Resolução aprobatória do Financiamento pelo Banco: que o Mutuário apresentou ao Banco os programas definitivos de reassentamento para os projetos do primeiro ano da execução do Programa.

CAPÍTULO V

Registros, Inspeções e Relatórios

CLÁUSULA 5.01. Registros, inspeções e relatórios. A Mutuária se compromete a manter registros, permitir inspeções e apresentar relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as disposições estabelecidas no Capítulo VII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 5.02. Auditorias. (a) Com relação ao estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, durante o período de execução do Programa, as demonstrações financeiras do mesmo serão apresentadas anualmente, devidamente auditadas por uma empresa independente de auditores aceita pelo Banco.

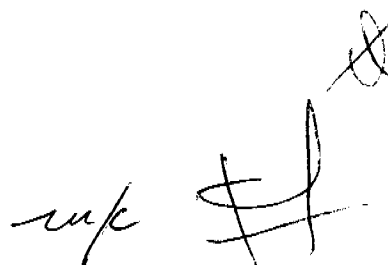
(b) As auditorias de que trata esta Cláusula serão efetuadas de acordo com os termos de referência previamente acordados com o Banco e com os requerimentos das políticas e os procedimentos do Banco sobre auditorias. Na seleção e contratação da firma de auditoria referida no inciso (a) desta cláusula, serão utilizados os procedimentos do Banco sobre a matéria.

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. As partes concordam em que este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

/OC-BR



CLÁUSULA 6.02. Extinção. O pagamento total do Empréstimo, juros e comissões dará por extinto este Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

CLÁUSULA 6.03. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

CLÁUSULA 6.04. Comunicações. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra em virtude deste contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:

Do Mutuário:

Prefeitura do Município de Belo Horizonte
Avenida Afonso Pena 1212, Centro
30190-908, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Do Órgão Executor:

Unidade Executora do Programa DRENURBS
Avenida Afonso Pena, 4.000, Bairro Cruzeiro ~~Rua Pium i 22, salas 202/03, Bairro~~

Cruzeiro

~~30130-009~~ 30310-080, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

CLÁUSULA 6.05. Correspondência. O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Programa.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil
Fax: 61 225-4022

CAPÍTULO VII

Arbitragem

CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo IX das Normas Gerais.

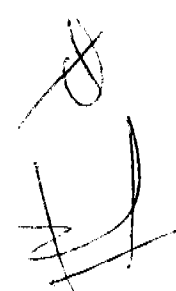
EM TESTEMUNHO DO QUE, a Mutuária e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em três (3) vias de igual teor em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, no dia acima indicado.

MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

Fernando Damata Pimentel
Prefeito de Belo Horizonte

Waldemar Wirsig
Representante no Brasil



ANEXO A**Programa de recuperação ambiental de Belo Horizonte (DRENURBS)****I. Objetivo**

- 1.01** O objetivo geral do Programa é contribuir para o melhoramento da qualidade de vida da população do Município de Belo Horizonte por meio do tratamento integral e da recuperação dos seus córregos. Os objetivos específicos do Programa são: (i) reduzir os riscos de inundações; (ii) viabilizar a recuperação da qualidade das águas dos córregos; e (iii) assegurar a sustentabilidade das melhorias urbanas ambientais com a consolidação do sistema de gestão da drenagem e do meio ambiente urbano.

II. Descrição


- 2.01** O Programa, em sua 1ª etapa, compreende oito projetos nas bacias/sub-bacias dos córregos *1º de Maio; Engenho Nogueira; Baleares; Terra Vermelha; Bonsucesso; da Av. Maria Carmem Valadares; Nossa Senhora da Piedade; e Piteiras* a serem executados em um período de 5 anos. Cada projeto consiste em um conjunto de intervenções integradas de saneamento urbano, drenagem pluvial, melhoramento do sistema viário, recuperação de margens, implantação de áreas de uso social, remoção e realocação de famílias, em função das particularidades e carências das respectivas bacias /sub-bacias.

- 2.02** O Programa consiste de três componentes:

1. Redução do risco de inundações

- 2.03** Compreende a execução, por bacia/sub-bacia, de ações estruturais para o controle das cheias e da produção de sedimentos das bacias urbanas e a recuperação dos recursos hídricos. Tais intervenções incluem: (i) Obras de drenagem: execução de obras de melhoramento dos leitos (revestimento, retificação, obras de dragagem e de controle de erosão e deslizamentos de margens, com ênfase na preservação das condições naturais em aproximadamente 36,7 km de córregos; construção de 5 reservatórios para o controle de cheias; e construção de aproximadamente 7,9 km de coletores de drenagem pluvial; (ii) Obras viárias: construção de aproximadamente 26,9 km de vias marginais aos córregos que serão integradas ao sistema viário urbano, para facilitar a coleta de resíduos sólidos que atualmente se depositam irregularmente. (iii) Recuperação e proteção de áreas: implantação de aproximadamente 13,4 ha de parques lineares e aproximadamente 9,2 ha de áreas verdes e praças de uso público que incluem equipamentos tais como quadras de esportes, parques e unidades de serviços; proteção das nascentes; revegetação de aproximadamente 13,7 ha nas sub-bacias Av. Maria Carmen Valadares e Piteiras; e (iv) Realocação Involuntária: indenização e realocação de aproximadamente 1365 famílias.

up/



2. Melhoria da qualidade dos cursos de água

- 2.04 Compreende a execução, em cada bacia/sub-bacia, de obras no sistema de esgotamento sanitário, que correspondem à implantação de aproximadamente 31,4 km de interceptores marginais, 30,5 km de redes coletoras e 5.380 conexões domiciliares. Estas obras viabilizarão a coleta dos esgotos gerados nas bacias/sub-bacias, conduzindo-os aos sistemas de tratamento existentes ou em implantação.

3. Melhoria da gestão municipal em drenagem urbana e meio ambiente

- 2.05 Compreende o aumento da eficiência e eficácia do sistema de drenagem e de gestão ambiental urbana, através da implantação das seguintes atividades: (i) Gestão da Drenagem Urbana: compreende a implantação do serviço de gestão da drenagem e controle de inundações como base de um sistema de alerta e prevenção, conforme contemplado no Plano Diretor de Drenagem, mediante a aquisição de equipamentos de medição de precipitações atmosféricas e fluxo pluvial; implantação do modelo de gestão municipal de drenagem urbana; expansão do sistema integrado de informação georeferenciada da drenagem urbana; e ações de modernização tecnológica e capacitação da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP ~~Secretaria Municipal de Estrutura Urbana - SMEU~~; (ii) Gestão sócio ambiental: implantação do sistema integrado de informações georeferenciadas para a gestão ambiental; expansão da rede de monitoramento da qualidade da água; implantação do programa de mobilização e comunicação social destinado às comunidades afetadas, assim como à população geral do município; implantação do programa de educação sanitária e ambiental, destinado à população que habita a área de influência do Programa, particularmente aquela situada nas margens dos córregos, para sensibilizar e conscientizar sobre a importância da limpeza urbana, a reciclagem de resíduos e do saneamento, e valor do ambiente recuperado; e ações de capacitação e atualização tecnológica da Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente e Saneamento - SMAMA SMMAS; (iii) Gestão Integrada de Bacias: execução das ações de treinamento e capacitação para facilitar a integração do Município de Belo Horizonte- MBH ao Comitê da Bacia do Rio das Velhas.

III. Custo do Programa e Plano de Financiamento

- 3.01 O custo total do Programa foi estimado em US\$77,5 milhões, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se apresenta no seguinte Quadro

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

CUSTO E FINANCIAMENTO (em milhares de US\$)					
		BID	LOCAL	TOTAL	%
I.	ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	5,420	4,350	9,770	12.6%
	Unidade executora (gerenciamento, administração e comunicação)	1,030	1,040	2,070	
	Supervisão de obras	2,100	-	2,100	
	Estudos e Projetos	2,290	3,310	5,600	
II.	CUSTOS DIRETOS	40,730	10,550	51,280	66.2%
II. 1	Redução de Riscos de Inundação	39,185	6,130	45,315	
	Obras de Drenagem	11,585	1,480	13,065	
	Obras viárias	12,450	1,500	13,950	
	Recuperação e Proteção de Áreas	6,900	750	7,650	
	Reassentamentos	8,250	2,400	10,650	
II. 2	Qualidade dos Cursos de Água	-	3,180	3,180	
	Coletores e Interceptores	-	3,180	3,180	
II. 3	Gestão Urbana e Ambiental	1,545	1,240	2,785	
	Gestão de Drenagem Urbana	1,345	500	1,845	
	Gestão e educação ambiental	200	240	440	
	Gestão Integrada de bacia	-	500	500	
III	CUSTOS CORRENTES	350	12,150	12,500	16.1%
	Terrenos e Indenizações	-	11,720	11,720	
	Sistema de monitoramento e Avaliação do Programa	200	400	600	
	Auditoria	150	30	180	
IV	CUSTOS FINANCEIROS	-	3,950	3,950	5.1%
	Juros	-	3,450	3,450	
	Comissão de Compromisso	-	500	500	
	FIV ¹	-	-	-	
TOTAL		46,500	31,000	77,500	100.0%
%		60,0	40,0	100,0	

3.02 O Banco financiará 60% do custo total do Programa, equivalente a US\$46,5 milhões provenientes do capital ordinário, a desembolsar-se em divisas de acordo com as políticas do Banco. A contrapartida local será de 40% do custo total do Programa, o equivalente a US\$31,0 milhões, de responsabilidade do Mutuário.

IV. Execução do programa

4.01 A Secretaria Municipal ~~da Coordenação de Políticas Urbanas e Ambiental~~ SMURBE SCOMURBE, órgão integrante do Município de Belo Horizonte, atuará como Órgão Executor do Programa, por meio de um plano de execução centralizado com a criação de uma Unidade Executora do Programa (UEP) diretamente vinculada a SMURBE SCOMURBE.

4.02 A UEP estará composta por um Coordenador Executivo, sete técnicos especialistas com dedicação integral designados pelas secretarias municipais vinculadas à execução dos diferentes componentes do Programa e dois

¹ Veja Cláusula 2.04 das Disposições Especiais.

consultores. Esta equipe estará conformada com os seguintes profissionais: 1 Especialista em obras de infra-estrutura (drenagem e obra civil) com experiência em supervisão e fiscalização de obras, proveniente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital SUDECAP ~~Secretaria Municipal de Estrutura Urbana - SMEU~~; 1 Especialista em esgotamento sanitário, designado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA; 1 Especialista em Meio Ambiente com experiência em Educação Ambiental, designado pela Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente e Saneamento ~~SMAMA~~ ~~SMMAS~~; 1 Especialista com experiência em Desapropriação e Relocalização de Famílias e Negócios, designado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL; 1 Especialista em Assuntos Financeiros, designado pela Secretaria Municipal do Tesouro - STM; 1 Especialista em Comunicação e Mobilização Social designado pela Secretaria Municipal de ~~Coordenação de Políticas Urbanas e Ambiental~~ SMURBE SCOMURBE; 1 Especialista em Drenagem, proveniente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP; 1 Consultor em Gestão Ambiental e Social; e 1 Consultor em Planejamento e Acompanhamento.

- 4.03** A UEP terá as seguintes responsabilidades: (i) preparação e acompanhamento dos processos de licitação das diferentes obras, aquisição de bens e consultorias; (ii) planejamento e coordenação com as secretarias subordinadas à SMURBE SCOMURBE e com a COPASA; (iii) acompanhamento da implantação das medidas de mitigação ambiental; (iv) controle e seguimento da supervisão e fiscalização de obras; (v) elaboração de relatórios de progresso e financeiros do programa; (vi) controle de contabilidade, apresentação de pedidos de desembolso e prestação de contas; e (vii) monitoramento e avaliação de resultados.
- 4.04** A UEP contará com o apoio técnico de uma firma especializada, sob a supervisão do Coordenador Executivo, para apoiar e capacitar os técnicos do Município encarregados da execução do Programa, permitindo que a UEP assuma de forma crescente e integral a totalidade das funções a partir do terceiro ano de execução. Os trabalhos desta empresa serão: (i) elaboração de documentos necessários para as contratações; (ii) acompanhamento e controle da execução dos projetos; (iii) sistematização de dados e informações, resultados obtidos e memórias técnicas de implantação do Programa; e (iv) definição e implantação dos sistemas de contabilidade e de controles internos necessários.
- 4.05** Os oito projetos integrados das bacias/sub-bacias que fazem parte do Programa, foram divididos em três grupos: Grupo I: 7 Bateuses, 1º de Maio, e Bonsucesso E Nossa Senhora da Piedade; Grupo II: Engenho Nogueira e Maria Carmem Valadares, Nossa Senhora da Piedade; Grupo III: Terra Vermeilha, Maria Carmen Valadares e Piteiras. A implementação dos estudos e obras de cada grupo dependerá de autorizações do Banco para comprometer recursos. As referidas autorizações somente serão outorgadas à medida que o Executor cumpra com os requisitos técnicos e socioambientais e avance com as ações de implementação do sistema de gestão de drenagem urbana.
- 4.06** O Município de Belo Horizonte deverá assinar convênios de cooperação com as seguintes entidades que participam do Programa: URBEL na construção de

Handwritten signatures and initials:
 - A signature that appears to be "ruf".
 - A large, stylized signature or set of initials.
 - A small mark resembling a cross or a star.

- 4.07** O Município de Belo Horizonte, através da UEP, contratará uma firma especializada para a supervisão, e fiscalização das obras, que complementarà a equipe técnica da SUDECAP SMEU de acordo com termos de referência acordados com o Banco.
- 4.08** Para serem financiados com os recursos do Programa, os projetos deverão ser elaborados considerando o estabelecido no Manual de Execução do Programa , o qual define: (i) os critérios e requisitos técnicos, socioeconômicos e ambientais de preparação e aprovação de projetos para as obras dos sistemas de drenagem, viário e sistemas de esgoto; realocização de famílias e recuperação de áreas; (ii) ações de educação ambiental e de mobilização e comunicação social que devem acompanhar a implantação das intervenções; e (iii) critérios de prioridade para as sub-bacias elegíveis.
- 4.09** As obras de cada projeto integrado (sub-bacia), contarão com a respectiva Licença de Instalação - LI - outorgada pela autoridade ambiental municipal e o Projeto Definitivo de Relocalização, sempre que o Projeto requeira a remoção de famílias. Como parte da aplicação do Manual de execução, se verificará a participação comunitária no desenvolvimento dos projetos. Os projetos de rede de esgotamento sanitário deverão contar com os compromissos de adesão assinados pelos beneficiários, e se necessário seu respectivo mecanismo de financiamento por intermédio da COPASA que assegure a interligação dos usuários ao sistema, uma vez concluídas as obras.

4.10 O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) organiza o conjunto de medidas e programas sociais e ambientais para evitar ou minimizar os impactos negativos, assim como assegurar o alcance pleno dos benefícios esperados. O Plano se compõe de: Programa de Educação Ambiental; Programa de Comunicação e Mobilização Social; Plano de Controle Ambiental de Obras; Programa de Monitoramento da Qualidade da Água; Fortalecimento Institucional da SMAMA SMMAS; Plano de Desapropriação e Relocalização de Famílias e Negócios - PDR; e instruções para elaboração de Relatórios e Planos de Controle Ambiental (RCA/PCA) específicos dos projetos para fins de obtenção da LI.

- 4.11** A execução do PGAS será responsabilidade da SMURBE SCOMURBE através da UEP, com o apoio da URBEL, SUDECAP SMEU e da SMAMA - SMMAS. A UEP é responsável por viabilizar as licenças ambientais requeridas para os projetos, fiscalizar a execução dos programas ambientais e sociais incluídos no Plano de Gestão Ambiental do Programa DRENURBS-PGAS, fazer cumprir as instruções e requisitos ambientais definidos no Caderno de Encargos de Obras da SMURBE SCOMURBE, no Plano de Controle Ambiental de Obras - PCAO e e no Plano de Desapropriação e Relocalização de famílias e Negócios-PDR e dar seguimento às atividades de educação ambiental e sanitária, conforme o Plano de Educação Ambiental e sanitária do Programa. A supervisão das obras a contratar-

● ● ● ● ● ● ● ●

15591000 0000

se inclui a fiscalização do cumprimento das especificações técnicas ambientais pelos construtores das obras, definidas no PGAS.

2. Relocalização involuntária



- 4.12** De acordo com o Plano de Desapropriação e Relocalização de Famílias e Negócios-PDR, foram identificados nas oito bacias/sub-bacias que fazem parte do Programa aproximadamente 1.372 imóveis que serão total ou parcialmente afetados pelas obras. Destes, aproximadamente 1.233 são residenciais e afetam cerca de 1.365 famílias e desapropriação de 132 propriedades. A SMURBE SCOMURBE preparará para cada projeto nas bacias/sub-bacias do segundo e terceiro grupos um PDR Executivo detalhando o plano de ações aprovado no PDR global do Programa, aplicando-se as alternativas de relocalização independente (desapropriação e indenização) relocalização assistida (relocalização monitorada e nas novas unidades habitacionais), de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos no PDR global do Programa e no Manual de Execução.

V. Monitoramento e Avaliação do Programa

- 5.01** A UEP será responsável por implantar um sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação que contará com uma base de dados com informação dos indicadores de desempenho e impacto como definidos para cada bacia/sub-bacia no marco lógico do Programa, nas seguintes áreas: impacto nos índices de salubridade para as populações beneficiadas; impacto no número de pontos e extensão das inundações; impacto na redução das cargas orgânicas das descargas de esgoto diretas; impacto na deposição irregular de lixo nos córregos; impacto das ações de relocalização e reabilitação de negócios e outros meios de vida, de acordo com indicadores definidos no plano de acompanhamento e avaliação *ex post* das famílias realocadas desempenho das ações de implantação do sistema de controle e gestão da drenagem urbana; resultados do monitoramento da qualidade das águas; extensão de áreas recuperadas; desempenho no cumprimento das medidas de controle e mitigação ambiental de acordo com o PGAS; resultados das ações de educação sanitária e ambiental; resultados das ações de mobilização e comunicação social para as comunidades beneficiadas e a população em geral do município

VI. Licitações

- 6.01** (a) Quando os bens a serem adquiridos, e as obras e serviços a serem contratados para o Programa forem financiados total ou parcialmente com divisas do Financiamento, os procedimentos e diretrizes específicas das licitações ou outra forma de contratação deverão permitir a livre concorrência de empreiteiros e fornecedores de bens, serviços e obras, incluindo os relativos a transporte e seguros, originários de países membros do Banco. Conseqüentemente, nos procedimentos e diretrizes específicas citados não se estabelecerão condições que impeçam ou restrinjam a oferta de bens ou a participação de empreiteiros originários destes países.

mk 


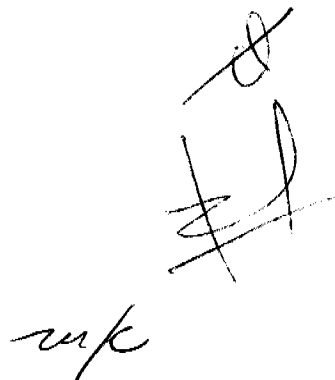
(b) A aquisição de bens e obras financiados exclusivamente com recursos da contrapartida local serão contratados de acordo com a legislação nacional aplicável. O Banco se reserva o direito de reconhecer as referidas aquisições e contratações somente nos casos em que as mesmas sejam efetuadas de acordo com os princípios de suas políticas sobre a matéria.

VII. Serviços de consultoria

- 7.01** Para a seleção e contratação dos serviços de consultoria financiados total ou parcialmente com os recursos do Financiamento: (a) deverão ser aplicados os procedimentos acordados com o Banco; (b) não poderão ser estabelecidas disposições que restrinjam ou impeçam a participação de consultores originários dos países membros do Banco.
- 7.02** Os serviços de consultoria financiados exclusivamente com recursos da contrapartida local serão contratados de acordo com a legislação nacional aplicável. Antes de proceder à contratação, o Mutuário informará ao Banco, os nomes e antecedentes das firmas ou consultores individuais selecionados, e submeterá ao Banco, para aprovação os termos de referência aplicáveis. O Banco se reserva o direito de reconhecer as referidas contratações somente nos casos em que as mesmas sejam efetuadas de acordo com os princípios de suas políticas sobre a matéria.

VIII. Manutenção

- 8.01** O propósito da manutenção é o de conservar as obras compreendidas no Programa nas condições de operação em que se encontravam no momento da conclusão das mesmas, dentro de um nível compatível com os serviços que devem prestar.
- 8.02** O primeiro plano anual de manutenção deverá corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira das obras do Programa.
- 8.03** O plano anual de manutenção deverá incluir: (i) os detalhes da organização responsável pela manutenção, o pessoal encarregado e o número, tipo e estado dos equipamentos destinados à manutenção; (ii) a localização, o tamanho e o estado das instalações destinadas a reparação e armazenagem, bem como dos acampamentos de manutenção; (iii) a informação relativa aos recursos que serão investidos em manutenção durante o ano corrente e o montante dos que serão incluídos na proposta orçamentária do Município de Belo Horizonte para o ano seguinte; e (iv) um relatório sobre as condições da manutenção, baseado no sistema de avaliação de suficiência estabelecido pelo Mutuário.



ANEXO 3

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE BELO HORIZONTE – DRENURBS 1ª ETAPA

MATRIZ DO MARCO LÓGICO

Resumo Narrativo	Indicadores	Meios de verificação	Pressupostos
Finalidade			
Melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Belo Horizonte	Aumentar o nível do Índice de Salubridade (ISA) ¹ atual para a população das áreas de influência das sub-bacias dos córregos: Sub-bacias 2003 2008 2009 1º de Maio 0,90 0,94 Engenho Nogueira 0,74 0,92 Terra Vermelha 0,66 0,91 Bonsucesso 0,74 0,92 Na. Sra. Piedade 0,88 0,96 Piteiras 0,88 0,94	Informes bienais periódicos do Conselho Municipal de Saneamento da PMBH (COMUSA).	
PROPÓSITO			
Melhorar as condições de salubridade dos habitantes residentes nas sub-bacias integrantes do programa	Eliminação dos problemas de inundação, que atualmente ocorrem em 12 pontos ou trechos. Sub-bacia Trechos de inundação 2003 2008 2009 1º de Maio 1 0 Eng. Nog 2 0 Bonsucesso 6 0 N.S. Piedade 2 0 Piteiras 1 0	Registros da Coordenação da Defesa Civil.	Não ocorrem danos por inundações imprevistas para os tempos de recorrência estabelecidos no Projeto. As áreas desapropriadas nas margens dos córregos não devem ser novamente ocupadas.




¹ Índice de Salubridade (ISA) estabelecido pela PMBH, avalia índices e indicadores relativos às coberturas dos serviços de água potável para a população, saneamento, coleta de resíduos sólidos e as condições de drenagem urbana, controle de vetores e salubridade ambiental.

m/c

[Assinatura]

ANEXO 3

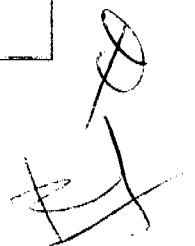
	Intercepção da carga contaminante nos cursos d'água em 4.670 kg/DBO/dia até o ano <u>20082009</u> .		A manutenção e o controle das vazões dos córregos e das estruturas construídas são adequadas.																						
	<table><tr><td>Sub-bacia</td><td>DBO removida</td></tr><tr><td></td><td>Kg/dia</td></tr><tr><td>1º de Maio</td><td>160</td></tr><tr><td>Eng. Nog.</td><td>1,050</td></tr><tr><td>Baleares</td><td>200</td></tr><tr><td>Terra Vermelha</td><td>700</td></tr><tr><td>Bonsucesso</td><td>1,850</td></tr><tr><td>M.C. Valadares</td><td>280</td></tr><tr><td>N.S. Piedade</td><td>360</td></tr><tr><td>Piteiras</td><td>70</td></tr><tr><td>Total</td><td>4.670</td></tr></table>	Sub-bacia	DBO removida		Kg/dia	1º de Maio	160	Eng. Nog.	1,050	Baleares	200	Terra Vermelha	700	Bonsucesso	1,850	M.C. Valadares	280	N.S. Piedade	360	Piteiras	70	Total	4.670	Monitoramento da qualidade da água realizada pela COPASA	Não ocorrem despejos clandestinos de águas residuárias nos cursos d'água.
Sub-bacia	DBO removida																								
	Kg/dia																								
1º de Maio	160																								
Eng. Nog.	1,050																								
Baleares	200																								
Terra Vermelha	700																								
Bonsucesso	1,850																								
M.C. Valadares	280																								
N.S. Piedade	360																								
Piteiras	70																								
Total	4.670																								

ANEXO 3

	<ul style="list-style-type: none"> Redução da deposição irregular de resíduos sólidos de 500m³/ano em 2003 a menos de 100m³ ao ano em 2008. 	Registros da SMLU.	<p>A população não joga os resíduos sólidos nos córregos.</p> <p>A SMLU amplia a cobertura do serviço de coleta de resíduos sólidos em novas áreas com acessos habilitados.</p>
PRODUTOS			
COMPONENTE 1			
Redução dos riscos de inundação			
a) obras de drenagem	<ul style="list-style-type: none"> Foram realizadas obras de controle e melhoramento em 36,7 km de cursos de água e suas margens, situados em área urbana de Belo Horizonte. Foram instalados 7,9km de coletores principais de drenagem pluvial. Construção de 26,9km de vias, no entorno das áreas de atuação do programa. 	<p>Informes semestrais do avanço da execução do Programa – PMBH.</p>	<p>A manutenção e controle dos cursos d' água e as estruturas construídas são adequadas.</p>

m/c



ANEXO 3

b) obras viárias	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de 13,4km² de parques lineares ao longo dos cursos d'água. 	<p>Informações da Fiscalização e da / UEP.</p>	<p>Existe um plano viário municipal que integra estas vias nos procedimentos municipais de regulação do tráfego, uso e manutenção.</p> <p>A municipalidade controla o uso e a manutenção das áreas verdes e comunitárias.</p>
c) parques e áreas de uso social	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de 91,6 há de áreas de uso social (praças, quadras, jogos, postos de serviços). 		
d) Reassentamento involuntário	<ul style="list-style-type: none"> • Revegetação de 13,7 Ha nas sub-bacias M.C. Valadares e Piteiras. • Reassentamento monitorado (PROAS) de 344 famílias. Construção de 684 unidades. Desapropriação de 374 propriedades. • Reassentamento de 1365 famílias e desapropriação de 132 propriedades. 		
COMPONENTE 2 Melhora da qualidade dos cursos d'água			
a) Ampliação dos sistema de esgoto	<ul style="list-style-type: none"> • N° de conexões domiciliares de esgoto executadas: 5.380 unidades. • Rede de coletores de esgoto sanitário. Total: <u>54,7km30,5 km.</u> • Extensão de interceptores marginais aos 	<p>Informes semestrais do avanço da execução do Programa -PMBH.</p>	<p>Não se realizam despejos clandestinos nos cursos d'água.</p>

mk

[Handwritten signature]

ANEXO 3

COMPONENTE 3 Melhora da gestão urbana e ambiental		córregos: total: 31,4km.		
a)Gestão do sistema de drenagem	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo hidrológico implantado até 2007 antes da convocação das licitações do terceiro grupo de obras. • Comitês de Bacia capacitados para a gestão dos recursos hídricos. • Sistema de monitoramento da qualidade da água implantado até 2006 • Incorporação efetiva das propostas comunitárias ao Planejamento Municipal. • Foram elaborados os diversos estudos e colocados em prática as atividades de campo planejadas. • 60 agentes comunitários capacitados para a gestão das áreas implantadas. • 170 reuniões e eventos realizados para educação ambiental. • 13.900 crianças educadas para a valorização ambiental. 	Informes semestrais de avanço da execução do programa – PMBH.	A PMBH consolida uma equipe profissional para o planejamento e execução dos projetos; a equipe assume com responsabilidade suas funções e há vontade política de apoiar as atividades.	
b)Gestão sócio-ambiental				
c)Educação sanitária e ambiental				

mk

[Handwritten signature]

CRONOGRAMA PROGRAMA DRENURBS
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 1563/OC-BR

Integração de Sistemas SOF, SIMEC e SGP

Etapas	Previsão		Órgão	Pré-requisito
	Início	Término		
1- Concepção	01/11/05	18/11/05	UEP - Smurbe Prodabel Sudecap Finanças CSL/Leme	Definição do escopo do projeto; Levantamento e avaliação de viabilidade de integração entre Sistemas: SOF e SIMEC x SGP; Definição da equipe de projeto.
2- Elaboração	05/12/05	30/12/05	UEP - Smurbe Prodabel Sudecap Finanças CSL/Leme	Definição e Análise de requisitos SOF: Compatibilização do Plano de Contas elaborado para o Programa; Credores, Movimentações Bancárias, Movimentações de Pagamentos de Notas Fiscais, Transferências Financeiras, Dotações Orçamentárias do Projeto. Definição e Análise de requisitos SIMEC: Elaboração e compatibilização dos assuntos: Contratos, Planilha de Serviços, Medições, Unidades e Aditivos. Aprovação de protótipo de telas, interfaces e extrações.
3- Implementação	02/01/06	15/02/06	UEP - Smurbe Prodabel Sudecap CSL/Leme	Implementação do projeto físico; Codificação de programas; Testes funcionais e integração.
4- Homologação	16/02/06	25/02/06	UEP - Smurbe Sudecap Prodabel Finanças CSL/Leme	Simulações; Aprovação formal; Treinamentos de usuários.
5- Implantação	02/03/06	03/03/06	UEP - Smurbe Prodabel Sudecap Finanças CSL/Leme	Liberação de versão em produção

Anexo 4

[Handwritten signatures and initials at the top of the page]

[Handwritten signature and initials at the bottom right of the page]

ATA DA 1ª REUNIÃO DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH E DO CONSÓRCIO CSL/LEME (SOF, SIMEC, SGP) PROGRAMA DRENURBS, CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1563/OC-BR

Ao(s) 11 dia(s) do mês de novembro de 2.005, às 09:00 horas, à Av. Afonso Pena, 1212, 3º andar, sala 312, reuniram-se os funcionários da PBH. Leticia Rezende Paiva - Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro - SMATES / Especialista em Assuntos Financeiros - UEP, Rosália Noll Bittencourt - Assistente Financeira - UEP, Maria Aparecida Trindade (Dinha) - Gerente de Informática em Gestão Orçamentária Financeira e Contábil - PRODABEL (Sistema SOF), Lusimar Vital da Silva - Gerente de Informática da SUDECAP (Sistema SIMEC), Alexandre Avelar de Oliveira - Gerente do Departamento de Controle e Medições da SUDECAP e membros da equipe da Gerenciadora: Elaine Andrade Vieira - Diretora / Coordenadora Geral, Antônio de Pádua Bittencourt Furtado - Eng. / Coordenador, Cláudio de Oliveira Zama - Economista / Analista Financeiro, Adriano de Oliveira Porto - Analista / Programador, Jeferson Clayton de Oliveira - Analista / Programador, a fim de discutir a integração dos sistemas informatizados da Prefeitura e do Consórcio CSL/LEME (SOF, SIMEC, SGP).

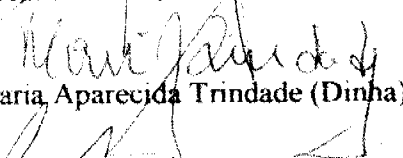
A reunião iniciou-se com a exposição feita pela Leticia sobre o Programa DRENURBS para o nivelamento de conhecimento de todos os presentes. Em seguida a Elaine apresentou o programa SGP, especificamente os módulos referentes a Medição e Contabilidade, onde no decorrer da apresentação foi esclarecendo as dúvidas surgidas. Após a apresentação ficou combinado que a CSL enviaria para a Dinha e Lusimar a estrutura da base do programa.

Encerrou-se a reunião agendando uma próxima para o dia 17 de novembro, às 09:30 hs na SUDECAP, 4º andar, com a pauta de continuar a discussão da integração dos sistemas e discutir também a estrutura base do Sistema SGP.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2005

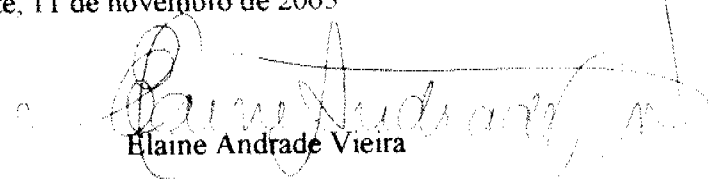

Leticia Rezende Paiva


Rosália Noll Bittencourt


Maria Aparecida Trindade (Dinha)


Lusimar Vital da Silva


Alexandre Avelar de Oliveira


Elaine Andrade Vieira


Antônio de Pádua Bittencourt Furtado


Cláudio de Oliveira Zama


Adriano de Oliveira Porto


Jeferson Clayton de Oliveira



ATA DA 2ª REUNIÃO DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH E DO CONSÓRCIO CSL/LEME (SOF, SIMEC, SGP) PROGRAMA DRENURBS, CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1563/OC-BR

Ao(s) 17 dia(s) do mês de novembro de 2.005, às 09:30 hs, à Av. do Contorno, 5454, 4º andar, reuniram-se os funcionários da PBH: Leticia Rezende Paiva - Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro - SMATES / Especialista em Assuntos Financeiros - UEP, Lucy Fátima de Assis Freitas - Contadora da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Regina Lúcia Pulis Ateniense - Chefe de Execução Orçamentária - SUDECAP, Maria Aparecida Trindade (Dinha) - Gerente de Informática em Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil - PRODABEL (Sistema SOF), Lusimar Vital da Silva - Gerente de Informática da SUDECAP (Sistema SIMEC), Alexandre Avelar de Oliveira - Gerente do Departamento de Controle e Medições da SUDECAP e membros da equipe da Gerenciadora: Elaine Andrade Vieira - Diretora / Coordenadora Geral, Adriano de Oliveira Porto - Analista / Programador, a fim de continuar a discussão da integração dos sistemas e discutir também a estrutura base do Sistema SGP.

Foi levantado pelo Lusimar e pela Dinha as dúvidas referente a estrutura base do Sistema SGP, em que discutiu-se sobre o assunto mas constatou-se a necessidade de marcar reuniões separadas para cada área, ou seja, assunto sobre o Sistema SIMEC (medições) em um horário e sobre o Sistema SOF (financeiro e contábil) em outro.

Assim sendo, encerrou-se a reunião agendando duas reuniões para o dia 18 de novembro. A primeira às 08:00 hs, na SUDECAP, assunto: Medição / Sistema SIMEC / Sistema SGP, e a segunda às 14:30 hs, na Secretaria de Finanças, assunto: Financeiro e Contábil / Sistema SOF / Sistema SGP.


Belo Horizonte, 17 de novembro de 2005


Leticia Rezende Paiva


Elaine Andrade Vieira

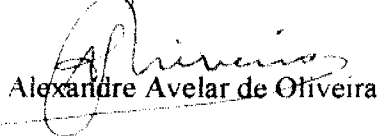

Lucy Fátima de Assis Freitas

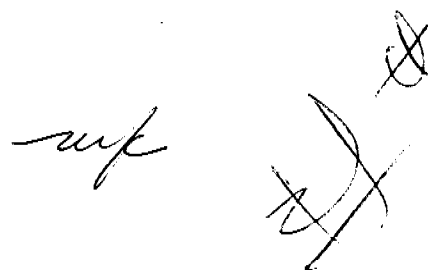

Adriano de Oliveira Porto


Regina Lúcia Pulis Ateniense


Maria Aparecida Trindade (Dinha)


Lusimar Vital da Silva


Alexandre Avelar de Oliveira



ATA DA 3ª REUNIÃO DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH E DO CONSÓRCIO CSL/LEME (SOF, SIMEC, SGP) PROGRAMA DRENURBS, CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1563/OC-BR

Ao(s) 18 dia(s) do mês de novembro de 2.005, às 08:00, à Av. do Contorno 5454, 4º andar reuniram-se os funcionários da PBH: Leticia Rezende Paiva - Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro - SMATES / Especialista em Assuntos Financeiros - UEP, Rosália Noll Bittencourt - Assistente Financeira - UEP, Lusimar Vital da Silva - Gerente de Informática da SUDECAP (Sistema SIMEC), Alexandre Avelar de Oliveira - Gerente do Departamento de Controle e Medições da SUDECAP e da equipe da Gerenciadora: Elaine Andrade Vieira - Diretora / Coordenadora Geral, a fim discutir sobre Medições / Sistema SIMEC / Sistema SGP.

Foi discutido a tabela Estrutura da Base do Sistema – DER, em que repassou-se todos os itens de interesse para o programa SIMEC / medições. Feito isto constatou-se a possibilidade de integração do sistema SIMEC com o sistema SGP e a necessidade de um prazo de 03 meses para testes e funcionamento do programa integrado.

Assim sendo, encerrou-se a reunião.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2005

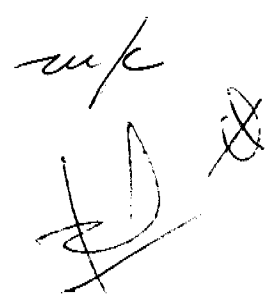

Leticia Rezende Paiva


Rosalia Noll Bittencourt


x Lusimar Vital da Silva

x Alexandre Avelar de Oliveira


Elaine Andrade Vieira



ATA DA 4ª REUNIÃO DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH E DO CONSÓRCIO CSL/LEME (SOF, SIMEC, SGP) PROGRAMA DRENURBS, CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1563/OC-BR

Ao(s) 18 dia(s) do mês de novembro de 2.005, às 14:30, à Av. Afonso Pena, 1212, 3º andar, sala 312, reuniram-se os funcionários da PBH: Leticia Rezende Paiva - Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro - SMATES / Especialista em Assuntos Financeiros - UEP, Rosália Noll Bittencourt - Assistente Financeira - UEP, Lucy Fátima de Assis Freitas - Contadora da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Mauro Heleno Ladeira de Oliveira - Gerente da Inspeção Financeira da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Regina Lúcia Pulis Ateniense - Chefe de Execução Orçamentária - SUDECAP, Maria Aparecida Trindade (Dinha) - Gerente de Informática em Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil - PRODABEL (Sistema SOF), e membros da equipe da Gerenciadora: Elaine Andrade Vieira - Diretora / Coordenadora Geral, Cláudio de Oliveira Zama - Economista / Analista Financeiro, a fim discutir sobre a o Financeiro e Contábil do Programa / Sistema SOF / Sistema SGP.

Foi discutido a tabela Estrutura da Base do Sistema - DER, repassando todos os itens de interesse para o programa SOF. Feito isto constatou-se a possibilidade de integração do sistema SOF com o sistema SGP e a necessidade de um prazo de 03 meses para testes e funcionamento do programa integrado.

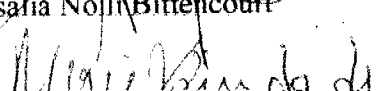
Ficou também decidido que no processo de pagamento quanto ao Programa DRENURBS, será utilizado duas notas de pagamento de despesa - NPD, uma para cada tipo de fonte e também emitirá e pagará as guias (GAM) referente a retenção do ISS e IR para comprovar recolhimento junto ao BID. Também definiu-se que o Mauro Heleno delegará a Regina (SUDECAP) a responsabilidade de liberar Nota de Empenho sem retenção para o Programa Drenurbs quando a fonte for BID.


Assim sendo, encerrou-se a reunião.


Belo Horizonte, 18 de novembro de 2005

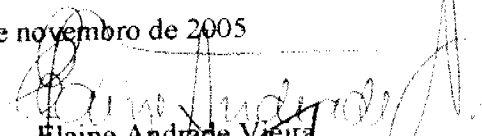

Leticia Rezende Paiva


Rosália Noll Bittencourt

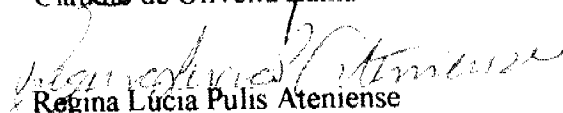

Maria Aparecida Trindade (Dinha)

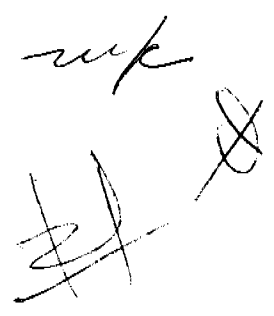

Lucy Fátima de Assis Freitas


Mauro Heleno Ladeira de Oliveira


Elaine Andrade Vieira


Cláudio de Oliveira Zama


Regina Lúcia Pulis Ateniense



CO-308. INFORME DE INSPECCION DE PROYECTO

Préstamo/TC N°: 1563/OC-BR

Fecha(s) de Inspección: de 02/11/2005 a 05/11/2005

Org. Ejecutor: SCOMURBE

Sector:

Nombre del Proyecto: Environmental Rehabilitation Belo Horizo

Especialista(s) y

Observaciones: Claudia Nery

I. OBJETIVOS DE LA INSPECCION: (Indicar los lugares, organismos u oficinas visitados, los aspectos o problemas específicos investigados o examinados)

Ver Ajuda Memoria Anexa.

II. SITUACION ENCONTRADA:

Ver Ajuda Memoria Anexa

III. RECOMENDACIONES: (Indicar las acciones específicas que deben tomar el prestatario, el organismo ejecutor, la Sede o la propia Representación, según corresponda.)

Ver Ajuda Memoria Anexa

IV. COMENTARIOS ADICIONALES:

Ver Ajuda Memoria Anexa

Fecha: 16/11/2005


Firma del Especialista

Jorge Luis Lestani
Sub-Representante

Acordado: Banco Interamericano de
Desarrollo no Brasil
Subrepresentante

Fecha:

EMPRÉSTIMO nº 1563/OC-BR
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE BELO HORIZONTE

AJUDA MEMÓRIA
MISSÃO DE PRÉ-ARRANQUE

I. INTRODUÇÃO

- 1.1 No período de 03 a 04 de novembro de 2005, realizou-se uma missão do Banco ao Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte, financiado com os recursos do empréstimo supramencionado, que teve por objetivo: (i) analisar os instrumentos formais do Programa e (ii) identificar junto ao executor os temas que devem ser adequados e incluídos na agenda da Missão de Arranque.
- 1.2 A missão esteve integrada pelas Sr^{as} Mônica Merlo, Especialista Financeira (COF/CBR), Marisa Teixeira - Consultora Sócio-Ambiental do Banco, Maria Eugênia Costa – Consultora de Gestão do Banco e Cláudia Nery, Especialista Setorial (COF/CBR), quem a presidiu.
- 1.3 Os temas que foram abordados na presente missão encontram-se detalhados no *Anexo 1*.
- 1.4 A missão reuniu-se com o Secretário Murilo Valadares, com Ricardo de Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa e Maria Fernandes Caldas, Consultora Técnica Especializada da SMURBE, bem como técnicos e consultores da UEP, cuja lista se detalha no *Anexo 1* da presente Ajuda Memória. A missão agradece todas as facilidades e atenções prestadas por todos, para o melhor alcance dos seus objetivos.
- 1.5 Em uma reunião de alinhamento realizada com o Secretário, o mesmo manifestou a necessidade de aceleração do ritmo de implementação do Programa, pois é meta da Prefeitura ter em 2008, obras nas bacias: 1º. de Maio, Baleares, Nossa Senhora da Piedade, Bonsucesso e Engenho Nogueira, recomendando a necessidade de identificação e implementação de medidas corretivas, validando na oportunidade integralmente a agenda proposta.
- 1.6 Na continuidade apresenta-se um resumo dos temas abordados, bem como os acordos mantidos.

II. TEMAS ANALISADOS

2.1 Estrutura Organizacional Atual

Foram realizados depoimentos individuais, quando os treze técnicos que integram a equipe responsável pelo gerenciamento do programa expressaram sua percepção quanto ao andamento do mesmo, destacando-se o nível de comprometimento e motivação de cada um. Percebeu-se também que há muita expectativa com relação à contratação da gerenciadora. Um registro dos depoimentos individuais encontra-se no *Anexo 2*.

Tendo em vista que o Consórcio que apoiará a UEP já está em fase de contratação, acordou-se que na Missão de Arranque deverá ser apresentado o organograma (arranjo institucional), bem como o fluxo de informação do Programa.

2.2 Apresentação por parte da UEP do Estágio de Implementação do Programa

Com o objetivo de nivelar o conhecimento de todos os membros da missão, a equipe da UEP apresentou o estágio atual de implementação do Programa, os problemas que enfrentaram, o planejamento do Programa com a identificação dos caminhos críticos. A partir dessa apresentação foram surgindo os temas que deverão ser incluídos na Agenda da Missão de Arranque e as orientações pontuais que possibilitarão a equipe da UEP trabalhar na preparação para a referida Missão.

2.3 Marco Lógico

Foi identificada, em conjunto, a necessidade de revisão do Marco Lógico, entre outros, nos seguintes aspectos: (i) a reforma administrativa implementada em janeiro de 2005; e (ii) datas de medição dos indicadores, tendo em vista o atraso na implementação do Programa.

2.4 Manual de Execução do Programa

Foi identificada, em conjunto, a necessidade de revisão do referido Manual, entre outros, nos seguintes aspectos: (i) a reforma administrativa implementada em janeiro de 2005; (ii) as condições especiais de execução constantes do contrato de empréstimo; (iii) o cronograma de desembolso; e (iv) o quadro de custo do Programa com o constante do contrato de empréstimos.

2.5 Sistema de Gerenciamento do Programa

A empresa gerenciadora apresentou o sistema gerencial que vem sendo adotado em outros Programas. Ficou acordado com a Coordenação do Programa que, antes da Missão de Arranque, já terá identificado a adequação necessária que possibilitará a adoção do banco de dados dos sistemas: (i) gerenciamento orçamentário e financeiro (SOF); e (ii) sistema de medições de serviços.

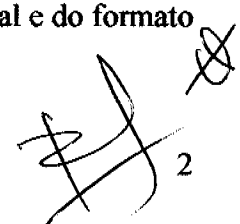
2.6 Revisão da implementação dos Aspectos Sócio Ambientais

Foram revistos os aspectos de implantação dos programas ambientais ora em andamento, integrantes do Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, quais sejam:

Arranjo Institucional para gestão sócio-ambiental do Programa – com a contratação de empresa gerenciadora de apoio a UEP, foi discutido com o coordenador do Programa e os especialistas ambiental, social e de educação ambiental da UEP, a necessidade de: (i) desenhar a inserção da gerenciadora no sistema proposto e, (ii) definir as responsabilidades e atribuições da gerenciadora no desenvolvimento dos aspectos ambientais e sociais de execução do Programa.

Licenciamento Ambiental das obras do Programa – o licenciamento ambiental prévio, obtido para o conjunto das obras e atividades do Programa, foi emitido em março de 2003 (LP 532/03). A UEP apresentou documento de renovação obtido em Outubro de 2005, com validade até março de 2008. Para a continuidade do licenciamento das obras das bacias que ainda não possuem Licença de Instalação, a UEP apresentará, para a Missão de Arranque, qual será o procedimento para elaboração dos estudos ambientais RCA/PCA exigidos pela Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente –SMAMA;

Plano de Mobilização e Comunicação Social para as bacias de 1º. de Maio e Baleares - o processo de licitação não foi concretizado por duas vezes, por falta de interesse das empresas; de comum acordo entre o Banco e a UEP, sugeriu-se uma revisão dos preços praticados no edital e do formato de licitação;



Atividades de reassentamento previstas para as primeiras bacias Baleares e 1º de Maio - já estão em fase de finalização, cabendo ao setor jurídico da Prefeitura concluir os processos de indenização. Recomenda-se que a UEP verifique o acompanhamento desse processo a fim de que a desocupação das áreas seja feita em prazo compatibilizado com os projetos executivos e obras já previstas;

Demais programas em andamento no mês de novembro de 2005 - foram apresentados pela UEP com os diferentes estágios de desenvolvimento: preparação de Termos de Referência, licitação em andamento, ou contratação. Independente dos estudos contratados externamente, a UEP vem desenvolvendo atividades internamente, com apoio de estruturas da Prefeitura e do Estado (COPASA), tais como: atividades de divulgação e comunicação social, coleta de dados de qualidade de água, análises físico-químicas, etc. Na revisão de andamento feita nesta Missão de Pré-arranque os procedimentos foram considerados adequados ao previsto no Plano de Gestão Ambiental Social.

2.7 Aspectos institucionais/contábeis/financeiros

Foi feita uma revisão no Manual de Execução ajustando-o ao Contrato de Empréstimo. Particularmente abordou-se:

- Capítulo V – Recursos – Quadro de custos do programa
- Capítulo VI – Condições de Empréstimo
- Capítulo VII – Responsabilidade pelo aporte de recursos de contrapartida
- Capítulo X – X.2 – Unidade Executora do Programa
 - 2. Responsabilidade da UEP – inclusão do item (viii) manutenção de arquivos
 - 5. Instrumentos necessários à execução – Convênio COPASA
- Capítulo X.4 – Desembolsos e registros financeiros – adequação ao Contrato de Empréstimo
- Capítulo XI – Período de execução e cronograma de desembolsos
- Capítulo XV.3 – Avaliação parcial
- Capítulo XV.4 – Contabilidade, controle interno e auditoria – adequação ao Contrato
- Capítulo XV.5 – Relatório sobre a execução do Programa
- Capítulo XVI.1 – Limites de financiamento – adequação ao Contrato

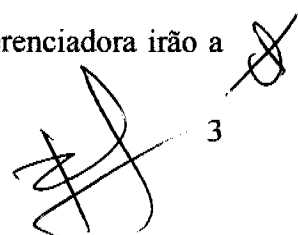
Ficou estabelecido que a UEP irá preparar um demonstrativo do fluxo financeiro e documental como instrumento prévio à elaboração de um manual de procedimentos que indicará, também, a matriz de responsabilidade dos atores envolvidos, ressaltando a necessidade de apresentação de um “recibo” com assinatura do favorecido que corresponda aos pagamentos efetuados com recursos do Programa (principalmente aqueles efetuados por operações bancárias); e

A UEP encaminhará a documentação correspondente a abertura das contas bancárias necessárias ao processamento dos recursos do Programa.

2.8 Aquisições

Na presente missão o Banco reiterou que a partir de 19 de janeiro de 2005, vem adotando novas políticas de aquisições, oportunidade em que o Município expressou o interesse em adotá-las. Ficou acordado que, após a Missão de Arranque, quando serão identificadas todas as alterações necessárias, o Município encaminhará à SEAIN solicitação de alteração do contrato contemplando, entre outras, a adoção da nova política.

Acordou-se que após, a Missão de Arranque, a equipe da UEP e da empresa gerenciadora irão a Brasília para participar da capacitação das novas políticas de aquisição do Banco.



2.9 Contrato de Empréstimo

Tendo em vista a reforma administrativa implementada em janeiro de 2005, faz-se necessário revisar as disposições especiais e o Anexo A.

Serão também objeto de revisão: (i) adoção das novas políticas de aquisições; (ii) compatibilização dos custos do Programa com as metas físicas; e (iii) os subprogramas que integram o componente II.1 – Redução de Riscos de Inundação, constantes do Anexo A.

Na oportunidade, fomos informados que a Prefeitura submeterá ao Banco alterações na formatação dos grupos de obras, constantes do Anexo A.

2.10 Temas Diversos

Foi identificado que com o orçamento vigente do Programa não será possível implementar as metas físicas acordadas, tendo em vista: (i) desvalorização do dólar; (ii) necessidade de revisão/aperfeiçoamento das planilhas orçamentárias; e (iii) revisão do modelo da supervisão das obras do Programa.

2.11 Auditoria

Foi feita uma revisão final no edital de auditoria e os ajustes propostos serão encaminhados para a não objeção final.

2.12 Desembolsos

Foi feita uma explanação contemplando as Cláusulas contratuais, os AFs e os quadros demonstrativos necessários aos procedimentos de solicitação de recursos e prestação de contas.

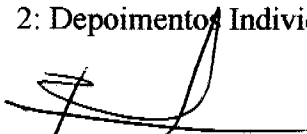
III. CONCLUSÃO

Considerando que na Missão de Arranque será necessário revisar documentos, tais como: Marco Lógico, Manual Execução do Programa e Contrato de Empréstimo, observa-se que as alterações introduzidas em qualquer documento deverão ser replicadas nos outros documentos.

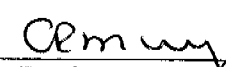
Integram a presente Ajuda Memória os Anexos:

Anexo 1: Agenda a Missão de Pré-Arranque e Lista de Participantes; e

Anexo 2: Depoimentos Individuais.



Ricardo de Miranda Aroeira
Coordenador Executivo do Programa



Cláudia Regina Borges Nery
Especialista Setorial do Banco

Anexo 1

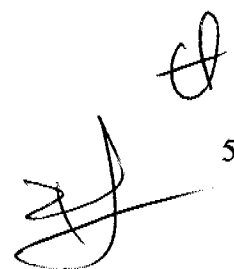
Agenda Missão de Pré-Arranque e Lista de Participantes

Participantes:

Prefeitura - Murilo Campos Valadares – Secretário de Municipal de Política Urbana, Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

UEP - Ricardo Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa
Janice Schmidt de Novais- Especialista em Drenagem (SUDECAP/GGPD)
Maria Angélica Franco Prados – Especialista em Desapropriação – URBEL
Valdete Bontempo – Especialista em Educação Ambiental – SMAMA
José Eduardo Vidigal – Especialista em Supervisão de Obras
Letícia Rezende Paiva - Especialista em Assuntos Financeiros SMTES
Edmundo Sérgio Pires Pimenta – Especialista em Esgotamento Sanitário
Solange Fonseca Araújo – Especialista em Comunicação e Mobilização Social - SMURB
Denise Lobato de Almeida – Especialista em Licitações -SMURB
Carla Vasconcelos Froes - Consultora em Gestão Sócio-Ambiental
Jandira Virginia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa.

Banco – Cláudia Nery – Especialista setorial;
Mônica Merlo – Especialista financeiro;
Marisa Teixeira – Consultora sócio-ambiental; e
Maria Eugênia – Consultora de gestão.



9:00 às 10:00 hs – Reunião / Abertura da Missão

Murilo Valadares - Cláudia Nery

09:300 às 10:15 hs – Estrutura Organizacional Atual

Depoimentos individuais, onde cada técnico que integra a equipe responsável pelo gerenciamento do programa deverá expressar sua percepção quanto ao andamento do mesmo.

Equipe da UEP - Ricardo Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa, Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Janice Schmidt de Novais- Especialista em Drenagem (SUDECAP/GGPD), Maria Angélica Franco Prados – Especialista em Desapropriação – URBEL, Valdete Bontempo – Especialista em Educação Ambiental – SMAMA

José Eduardo Vidigal – Especialista em Supervisão de Obras

Leticia Rezende Paiva - Especialista em Assuntos Financeiros SMTES, Rosália Nolli Bittencourt, Edmundo Sérgio Pires Pimenta – Especialista em Esgotamento Sanitário, Solange Fonseca Araújo – Especialista em Comunicação e Mobilização Social – SMURB, Denise Lobato de Almeida – Especialista em Licitações - SMURB

Carla Vasconcelos Froes - Consultora em Gestão Sócio-Ambiental, Jandira Virginia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa

Equipe do Banco - todos

10:15 às 11:00 hs – Apresentação por parte da UEP do Estágio de Implementação do Programa

Objetiva nivelar o conhecimento de todos os membros da missão.

Equipe da UEP – Ricardo de Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa, Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Janice Schmidt de Novais- Especialista em Drenagem (SUDECAP/GGPD), Maria Angélica Franco Prados – Especialista em Desapropriação – URBEL, Valdete Bontempo – Especialista em Educação Ambiental – SMAMA

José Eduardo Vidigal – Especialista em Supervisão de Obras

Leticia Rezende Paiva - Especialista em Assuntos Financeiros SMTES, Rosália Nolli Bittencourt, Edmundo Sérgio Pires Pimenta – Especialista em Esgotamento Sanitário, Solange Fonseca Araújo – Especialista em Comunicação e Mobilização Social – SMURB, Denise Lobato de Almeida – Especialista em Licitações -SMURB

Carla Vasconcelos Froes - Consultora em Gestão Sócio-Ambiental, Jandira Virginia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa

Equipe do Banco - todos



6

11:00 às 12:30 hs – Marco Lógico

Identificar em conjunto as dificuldades de implementação do mesmo como um dos instrumentos de monitoramento do Programa.

Equipe da UEP - Ricardo Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa, Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Janice Schimidt de Novais- Especialista em Drenagem (SUDECAP/GGPD), Maria Angélica Franco Prados – Especialista em Desapropriação – URBEL, Valdete Bontempo – Especialista em Educação Ambiental – SMAMA

José Eduardo Vidigal – Especialista em Supervisão de Obras

Leticia Rezende Paiva - Especialista em Assuntos Financeiros SMTES, Rosália Nolli Bittencourt, Edmundo Sérgio Pires Pimenta – Especialista em Esgotamento Sanitário, Solange Fonseca Araújo – Especialista em Comunicação e Mobilização Social – SMURB, Denise Lobato de Almeida – Especialista em Licitações - SMURB

Carla Vasconcelos Froes - Consultora em Gestão Sócio-Ambiental, Jandira Virginia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa.

Equipe do Banco - todos

12:30 às 14:00 hs – almoço

14:00 às 15:00 hs- Regulamento Operacional

Equipe da UEP - Equipe da UEP - Ricardo Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa, Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Janice Schimidt de Novais- Especialista em Drenagem (SUDECAP/GGPD), Maria Angélica Franco Prados – Especialista em Desapropriação – URBEL, Valdete Bontempo – Especialista em Educação Ambiental – SMAMA

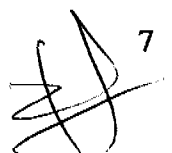
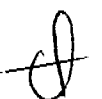
José Eduardo Vidigal – Especialista em Supervisão de Obras

Leticia Rezende Paiva - Especialista em Assuntos Financeiros SMTES, Rosália Nolli Bittencourt, Edmundo Sérgio Pires Pimenta – Especialista em Esgotamento Sanitário, Solange Fonseca Araújo – Especialista em Comunicação e Mobilização Social – SMURB, Denise Lobato de Almeida – Especialista em Licitações - SMURB

SMURB

Carla Vasconcelos Froes - Consultora em Gestão Sócio-Ambiental, Jandira Virginia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa.

Equipe do Banco - todos



DIA 03.11.05

15:00 às 17:30 hs – Apresentação por parte da gerenciadora do Sistema de Gerenciamento do Programa

Equipe da Gerenciadora – José Rogério Reis Junqueira, Elaine Andrade Vieira, Cláudio de Oliveira Zama e João Paulo de Carvalho Vieira

Equipe da UEP - Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Ricardo de Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa, Letícia Rezende Paiva - Especialista em Assuntos Financeiros SMTES, Rosália Nolli Bittencourt, Denise Lobato de Almeida – Especialista em Licitações-SMURB e Jandira Virginia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa.

Equipe do Banco - Mônica Merlo, Maria Eugênia e Cláudia

15:00 às 17:30 hs - Revisão da implementação dos Aspectos Sócio Ambientais

Equipe da UEP - Carla Vasconcelos Froes - Consultora em Gestão Sócio-Ambiental, Janice Schmidt de Novais- Especialista em Drenagem (SUDECAP/GGPD), Maria Angélica Franco Prados – Especialista em Desapropriação – URBEL, Valdete Bontempo – Especialista em Educação Ambiental – SMAMA, José Eduardo Vidigal – Especialista em Supervisão de Obras, Edmundo Sérgio Pires Pimenta – Especialista em Esgotamento Sanitário, Solange Fonseca Araújo – Especialista em Comunicação e Mobilização Social – SMURB

Equipe do Banco - Marisa Teixeira

18:00 às 18:30 hs - Acordos mantidos e avaliação dos trabalhos

Equipe da UEP - Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas,

Ricardo Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa, Carla Vasconcelos Froes - Consultora em Gestão Sócio-Ambiental e Jandira Virginia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa

Equipe do Banco - todos

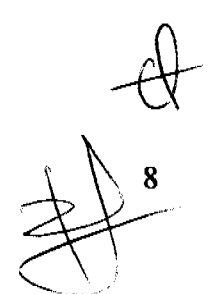
DIA 04.11.05

8:00 às 12:00 hs - Aspectos Ambientais (continuação)

Equipe da UEP - Carla Vasconcelos Froes - Consultora em Gestão Sócio-Ambiental, Janice Schmidt de Novais- Especialista em Drenagem (SUDECAP/GGPD), Maria Angélica Franco Prados – Especialista em Desapropriação – URBEL, Valdete Bontempo – Especialista em Educação Ambiental – SMAMA, José Eduardo Vidigal – Especialista em Supervisão de Obras, Edmundo Sérgio Pires Pimenta – Especialista em Esgotamento Sanitário, Solange Fonseca Araújo – Especialista em Comunicação e Mobilização Social – SMURB

Equipe do Banco - Marisa Teixeira

8:00 às 12:00 hs - Aspectos institucionais/contábeis/financeiros



Equipe da UEP - Letícia Rezende Paiva - Especialista em Assuntos Financeiros SMTES, Rosália Nolli Bittencourt e Jandira Virgínia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa

Equipe do Banco - Mônica Merlo

08:00 às 9:30 hs - Aquisições

Equipe da UEP - Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, Ricardo Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa, e Denise Lobato de Almeida – Especialista em Licitações -SMURB e Sebastião do Espírito Santo

Equipe do Banco - Cláudia Nery

9:30 às 11:30 hs - Contrato de Empréstimo

Equipe da UEP - Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, Ricardo Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa.

Equipe do Banco - Cláudia Nery

11:30 às 12:30 hs - Reunião Secretário Murilo Valadares – Secretário Municipal de Políticas Urbanas

Equipe do Banco - Cláudia Nery

12:30 às 14:00 hs - Almoço

DIA 04.11.05

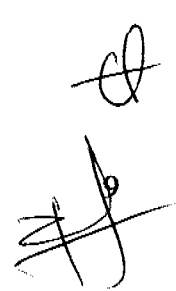
14:00 às 15:00 hs - Reunião de consolidação dos acordos

Equipe da UEP - Maria Fernandes Caldas - Consultor Técnico Especializado da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, Ricardo Miranda Aroeira – Coordenador Executivo do Programa, e Jandira Virgínia Fernandez e Silva – Consultora em Planejamento e Monitoramento do Programa

Equipe do Banco - todos

15:00 às 17:30 hs - Elaboração da Ajuda Memória

17:30 hs – Reunião de encerramento

Two handwritten signatures are located in the bottom right corner of the page. The top signature is a stylized cursive mark, and the bottom signature is a more complex, bold cursive mark.

Anexo 2

Depoimentos:

- 1- Maria - atua na sub-coordenação geral, sente-se preocupada pelo atraso, considera-se otimista, endossa o secretário que é necessário acelerar o processo, acha a equipe mais preparada, e que a chegada da gerenciadora vai ajudar muito. O BID trouxe para a prefeitura um upgrad, melhoria da capacidade técnica e gerencial. Estamos crescendo muito profissionalmente – esse é um fator transversal.
- 2- Ricardo está na coordenação desde julho/05, considera que esse programa trará benefícios efetivos para a população carente de BH, que essa é uma oportunidade imperdível, acha que o programa está atingindo um patamar diferenciado, está saindo do papel, e a equipe agora está preparada, reforça a necessidade de acelerar, o aporte da gerenciadora será um plus, é otimista, tem certeza que vão iniciar três frentes de trabalho.
- 3- Jandira – consultora desde maio/05, vem atuando como facilitadora e capacitadora da equipe, com a chegada da gerenciadora vai ficar mais solta para atuar no planejamento estratégico, nova fase, motivação grande.
- 4- Carla – está desde o início no programa, tem muita vontade que dê certo, responsável pela gestão sócio ambiental do programa, acha importante a participação da gerenciadora, porque liberta o consultor do operacional, acha que as dificuldades relativas a licitação estão superadas.
- 5- Janice – atua desde 2001, área de projetos de drenagem- carro chefe, começou antes do BID, tem carinho pelo programa pelo seu impacto social, ambiental e pela melhoria para a cidade de uma maneira geral. Acha que foram superados os problemas de licitação, vai dar certo.
- 6- Leticia – entrou em outubro em substituição ao Paulo Duarte, é do Tesouro, fez a capacitação em Brasília, tem apoio, acha que vai dar certo porque a equipe está muito empenhada, está acompanhando de perto o orçamento.
- 7- Rosália – está no programa desde o início, processos administrativos e financeiros,. Considera o programa um filho que foi gerado, e quer que ele cresça. Acha a equipe comprometida.
- 8- Maria Angélica – está no programa desde 2002, com os projetos de desapropriação e projetos executivos, achou bom o atraso no cronograma porque permitiu a população mais tempo para preparar-se para as mudanças. Esse tempo foi positivo para a saída das famílias de Primeiro de Maio e Baleares.
- 9- Vidigal- está há 11 meses no projeto, as obras ainda não começaram, mas está entusiasmado, acha o programa lindo, participa de todas as reuniões, ajuda todos da equipe, está esperando as obras para “sujar o pé”.
- 10- Solange – começou em 2003, comunicação e mobilização, acha que o programa já existe no cotidiano das comunidades, percebe mudança positiva no nível de comprometimento, o que aumenta a responsabilidade. Quer saber como será o processo de participação da comunidade, e esclarecimentos sobre o processo de licitação.
- 11- Valdete – está há um mês na área de educação ambiental, tem o olhar de outra secretaria, percebe boa inserção, respaldo e integração da equipe.
- 12- Denise – licitações, entrou no programa em 2004, acha que o gargalo eram as licitações,. Acha que a equipe está muito bem e que esse programa será um orgulho para todos.
- 13- Edmundo – representa Copasa, área de esgotamento, percebe a importância do projeto, o montante de esgotamento é pequeno. Acha a ideia inovadora, estamos no momento da virada, percebe como problema edital e questões orçamentárias.